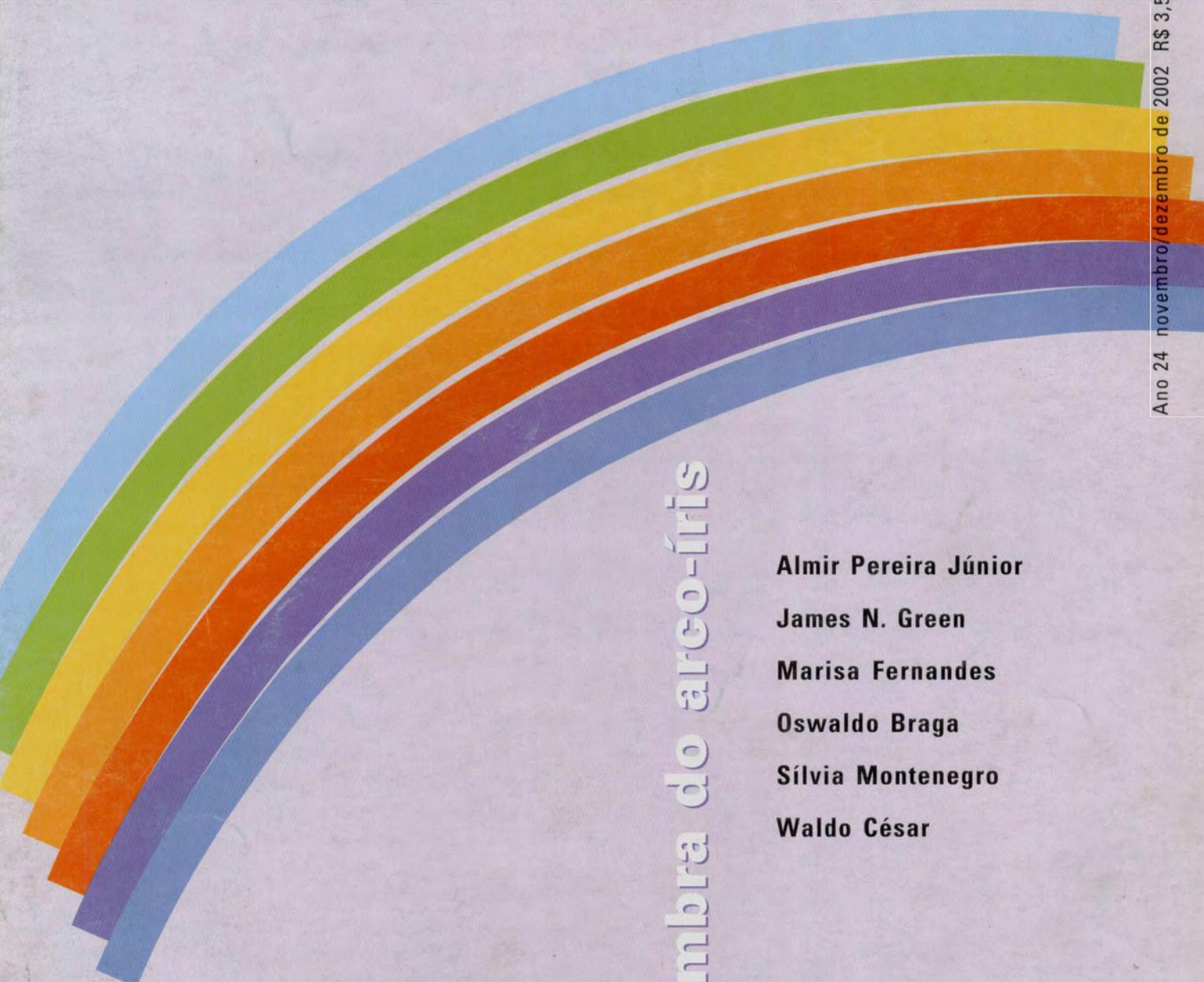


# TEMPO e PRESENÇA

Publicação de KOINONIA

326



## À sombra do grego-íris

**Almir Pereira Júnior**  
**James N. Green**  
**Marisa Fernandes**  
**Oswaldo Braga**  
**Sílvia Montenegro**  
**Waldo César**

# Não, eu nunca pensei em me matar

E, para você não achar que a afirmação é precipitada e quase fora de lugar, explico que ela é, na verdade, resposta a uma recorrente pergunta que recebo de leitores desde que comecei a escrever esta coluna. Leitores, naturalmente, atormentados pela própria homossexualidade. Gente – adolescente em sua maioria – que chega a considerar a possibilidade de colocar um revólver na têmpora e puxar o gatilho a ter que se assumir, ou pior, viver a heterossexualidade.

Porque, se você não é gay, dificilmente entenderá o tipo de culpa católica que nós, os gays, associamos à nossa orientação sexual assim que ela nos é revelada. E, embora o pensamento fatídico nunca tenha passado pela minha cabeça, não é difícil entender como alguém cuja vida ainda nem começou pondera a possibilidade de encerrá-la tão brutal e prematuramente. Afinal, o que seria dessa grande jornada sem a possibilidade de amar e ser amado?

Para mim, embora o desejo de experimentar o mesmo sexo nunca tenha vindo associado a perturbações existenciais, ele veio cheio de tormentos, de culpa, de vergonha. Todos esses sentimentos, evidentemente cortesia do falso moralismo que rege nossa sociedade, capaz de aceitar com imaculada benevolência padres pedófilos, mas não o amor entre duas pessoas do mesmo sexo.

Eu tinha 16 anos quando cedi ao meu desejo mais natural. E o que deveria ser o momento mais puro e sensacional da minha vida, veio misturado à culpa, à vergonha, à incomparável sensação de que era a personificação do pecado – à urgente necessidade de fazer daquilo um segredo. Um tipo de paradoxo que pode ser, e muitas vezes é, fatal.

Naquela época, a possibilidade de me assumir – ou, mais bizarramente, de ter uma coluna assinada em revista mensal que tratasse do assunto abertamente – era tão real quanto a chance de ser capturada por extraterrestres e levada para uma galáxia distante. Eu não poderia, nem iria, envergonhar minha família.

Porque, quando finalmente nos descobrimos gays, a vergonha é o sentimento que aflora mais rapidamente. Talvez por isso, uma vez superada essa fase, falemos tanto em “orgulho gay”, uma expressão que, para a

maioria das pessoas, não quer dizer muito. Mas, se você prestar atenção, a palavra orgulho é fartamente usada em qualquer manifestação pró-causa.

A verdade é que você só aprende a se aceitar, só se livra dos detritos morais perpetuados pelo conservadorismo perigoso e burro de nossa sociedade, quando consegue sentir orgulho de ser gay. Simples assim. Orgulho de ser gay. Acontece que, entre a vergonha que leva ao desejo de tirar a própria vida e o orgulho que é capaz de fazer de você uma pessoa completa, existe um abismo. Um abismo de informação, de idéias, de aceitação, de coragem, de referência, de ícones. E, por isso, nem todos conseguem chegar ao outro lado.

Entre o adolescente gay perturbado e o adulto que saiu do armário e consegue se sentir inteiro, há aqueles que se matam, os que optam pela vida dupla, as celebridades que posam em revistas semanais fantasiadas com sua hipócrita heterossexualidade. E então eu volto a perguntar: de quem é a culpa quando uma menina ou menino de 15 anos, atormentado pela homossexualidade, pula da janela do quinto andar?

Não seríamos todos nós, adultos vestidos pelo cinismo e acovardados pelo falso moralismo, culpados? Não seríamos nós, que continuamos a tratar o assunto como um tabu, evitando discuti-lo em público, culpados em primeiro grau? Não seriam nossas mãos empurrando a menina que não teve a chance de saber quem era janela afora?

Foi exatamente porque eu achei que as minhas estavam manchadas de sangue que resolvi contar minha história nestas páginas. Não é muito. Não é, na verdade, quase nada – nem suficiente, porque adolescentes gays continuarão a pular das janelas sem ter tido a chance de saber que não eram doentes, esquisitos ou pecadores.

Mas, se um, só um deles, ler estas linhas e optar por sair pela porta da frente para encontrar sua verdade lá fora, então já terá valido a pena.

Revista bimestral de KOINONIA  
Novembro/dezembro de 2002  
Ano 24 nº 326

**KOINONIA Presença Ecumênica  
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (21) 2224-6713  
Fax (21) 2221-3016  
E-mail koinonia@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br

**CONSELHO EDITORIAL**

Emir Sader  
Francisco Catão  
Joel Rufino  
Maria Emilia Lisboa Pacheco  
Maria Luiza Rückert  
Sérgio Marcus Pinto Lopes  
Yara Nogueira Monteiro

**CONSELHO CONSULTIVO**

Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jether Pereira Ramalho  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves

**EDITOR**

Anivaldo Padilha

**ORGANIZADOR DESTE NÚMERO**  
Anivaldo Padilha

**EDITORA ASSISTENTE E  
JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Helena Costa  
Mtb 18619

**EDITORA DE ARTE  
E DIAGRAMADORA**  
Anita Slade

**COPIDESQUE E REVISÃO**  
Carlos Cunha

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**  
Mara Lúcia Martins

**CAPA**  
Anita Slade

**PRODUÇÃO GRÁFICA**  
Roberto Dalmaso

**FOTOLITOS**  
GR3

**IMPRESSÃO**  
Reproarte

Os artigos assinados não traduzem  
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso  
R\$ 3,50

Assinatura anual  
R\$ 21,00

Assinatura de apoio  
R\$ 28,00

Assinatura/exterior  
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

**KOINONIA**

**Direitos, direitos, direitos...**

**6**

**À SOMBRA DO ARCO-ÍRIS**

**Na defesa de elos que não se rompam**

Almir Pereira Júnior

**HOMOFobia**

**Cidadania (homos)sexual**

**7**

**PSEUDOPARADOXOS**

**As cores da homossexualidade**

**10**

**COMPORTAMENTO**

**Um vírus contra os tabus**

**12**

Oswaldo Braga

**LIBERAÇÃO**

**"Mais amor e mais tesão"**

**14**

James N. Green

**FEMINILIDADE**

**Lesbianismo no Brasil**

**17**

Marisa Fernandes

**TEOLOGIA**

**Sexualidade: um desafio ao pensamento**

**21**

Ivone Gebara

**ESTIGMAS**

**"Islam negro" – muçulmanos no Brasil**

**24**

Sílvia M. Montenegro

**DIGNIDADE HUMANA E PAZ**

**Para superar a violência**

**27**

**SHAULL**

**Surpreendido pela Graça**

**29**

Waldo César

**RUBEM ALVES**

**"...su cadáver estaba lleno de mundo"**

**32**

## *Processando-se a partir do modelo consolidado*

*no mundo ocidental do "conquero ergo sum", individualista, machista e auto-affirmativo, a construção histórica da sociedade brasileira estabeleceu como "normal", no interior do imaginário social, uma atitude de auto-expressão baseada na rejeição do outro, do diferente. Esta postura, que tem suas raízes fincadas na tradição filosófico-teológica do universo simbólico europeu, disseminou o uso da violência no tratamento do outro, desviante dos usos e costumes estabelecidos e marca, até hoje, as formas de tratamento de todos aqueles que ousam pensar e viver fora das normas, historicamente consagradas.*

*A temática aqui enfocada, a homossexualidade, faz parte, ao lado de outras, como a própria sexualidade, a igualdade racial, as outras formas de religiosidade, a reivindicação de relações econômicas solidárias, as formas culturais anti-sistêmicas, etc., de uma estrutura de compreensão da realidade da vida e do mundo que padece de uma profunda "alergia à alteridade" (Lévinas) e que não admite nem suporta atitudes e comportamentos que se baseiam no exercício da liberdade, do amor e da justiça entre os humanos.*

*Mas vivemos um momento novo na história da sociedade brasileira. Um momento que tem a esperança como palavra de ordem. Uma esperança amadurecida em séculos de sofrimentos e frustrações que anseia por mudanças profundas, graves e significativas, capaz de reverter o modo de "não-ser" mantido até agora. O recente processo eleitoral nos revela que a sociedade está pensando com profundidade, ciente da gravidade dos problemas que enfrentamos e disposta a arrostar os sacrifícios necessários em favor da plena humanização de nossa convivência social. Sente-se um clamor por relações honestas, decentes e dignas. É hora, portanto, de se rever, também, o tratamento até aqui dispensado aos que têm uma orientação sexual que foge aos usos e costumes, cultural e religiosamente, estabelecidos e consagrados. A afirmação democrática de respeito e acolhimento da diferença implica nessa revisão profunda de nossa apreensão das sempre múltiplas possibilidades de expressão do humano que só pode florescer quando o reconhecimento do outro, de sua diferença radical, for capaz de se plasmar numa solidariedade, também radical, que nos faz iguais na aceitação amorosa de nossas limitações e precariedades... humanas!*

*Neste número recordamos e homenageamos a figura maior de Richard M. Shaull, falecido aos 83 anos no dia 25 de outubro passado. Teólogo e humanista, fez da paixão pelo humano, que ele descobriu na figura de Jesus de Nazaré e cultivou a partir de sua tradição presbiteriana, a razão de sua trepidante e fecunda existência. Inspirador e protagonista do movimento ecumênico e libertário da América Latina Shaull, colaborou, com sua prática de vida e suas reflexões, para a consolidação de um movimento que, iniciado na década de 1960, expressou-se por diferentes caminhos e formas e que, hoje, de modo particular, KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço insiste em preservar. Agradecemos a Rubem Alves e a Waldo César a sensibilidade com que refletiram sobre a vida e a obra de tão significativa "testemunha de Jesus Cristo" em nossos tempos.*

*É isso aí.*

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecuménicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumônico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia  
(X) Cadastrado  
(X) Processado

# CARTAS

Com um pequeno atraso, com minhas excusas, venho solicitar-lhes a renovação da preciosa e imprescindível revista TEMPO E PRESENÇA.

Faço questão de manter minha assinatura em caráter de apoio, tendo em vista o valor incomensurável do conteúdo e atualidade dos artigos nela publicados.

Dentro do possível, tenho divulgado, junto aos paroquianos e colegas de estudos teológicos e pastorais, os subsídios da TEMPO E PRESENÇA, com vistas a abrir um leque, em nossas ações pastorais, à dimensão ecumênica no processo de evangelização, dentro do projeto da CNBB "Ser Igreja no Novo Milênio" (SINM).

É uma pena que nem todos têm a necessária flexibilidade para uma ação, verdadeiramente, ecumônica, por enquanto! Acreditamos na utopia ecumônica e teremos de dar tempo ao tempo para que ela vá, aos poucos, se tornando realidade em nossas igrejas!

Resta-nos cumprimentá-los pelo belíssimo trabalho que nos proporcionam com a TEMPO E PRESENÇA, disseminando o gérmen do ecumenismo, associado ao processo de evangelização à distância!

Sendo o que se nos apresenta, para o momento, subscrevemo-nos,

Napoleão Nogueira da Silveira Reis  
Ipatinga/MG

Na ocasião gostaria de parabenizar toda a equipe de KOINONIA pelo excepcional trabalho desenvolvido. É sempre um prazer estar crescendo ao desfrutar dos trabalhos ali publicados. Continuamos torcendo para que todos os tempos sejam de presença nesta caminhada do povo de Deus.

*Herbert Fontenelle Mascarenhas*

Por e-mail

Desde há muito tempo sou assinante de TEMPO E PRESENÇA. Julgo leitura indispensável par um tempo de busca. De novas luzes às indagações produzidas pela nova ordem internacional, vestida de neoliberalismo. TEMPO E PRESENÇA alinha-se entre as ferramentas daqueles que na contramão de uma política econômica desumanizante, tem esperança de fazer coisas novas e diferentes. Juntos vamos ao encontro da aurora que vem...

Com alegria venho renovar minha assinatura por mais um ano.

*Milton Zonta*

Videira/SC

## ERRATA

O artigo do prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira (T&P 325) foi publicado anteriormente na revista *Espaço Acadêmico* ([www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)).

# Direitos, direitos, direitos...

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva mostra que há uma esperança pela garantia e promoção dos direitos humanos. Os anos de 2001 e de 2002 na agenda dos que lutam pela afirmação dos direitos humanos foram sobretudo os da inclusão dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais na agenda das políticas públicas. Até a realização do Relatório do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), elaborado pela Sociedade Civil, o governo brasileiro não havia cumprido o prazo para a entrega do seu relatório – o qual está sob a análise dos promotores daquele primeiro, avaliando falácia e mal-entendidos do Relatório Governamental do Pidesc.

Desde maio de 2001 estamos num processo de discussão sobre a criação de um Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos. Tal debate surge da percepção de serem os direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes. É, indubitavelmente, uma grande conquista da Humanidade ter reconhecido, formalmente, por meio das instituições internacionais e organismos multilaterais, como o Sistema Nações Unidas, a universalidade dos Direitos Humanos. No dia-a-dia não é essa a vivência de bilhões de seres humanos. Os direitos são violados tanto pela ausência de ação do Estado, quanto pelas ações sistêmicas inescrupulosas, que, em nome da eficácia do Mercado, abandonam a maior parte da Humanidade à exclusão social.

A invocação da universalidade dos Direitos Humanos não poucas vezes tem como consequência dois graves mal-entendidos. Em primeiro lugar, internacio-

nalmente, os países do G-8, em especial os Estados Unidos da América, avocam o papel de guardiões dos Direitos Humanos como pretexto para ações militares, como ações dirigidas em função dos interesses econômicos e geopolíticos daquele país. Em segundo lugar, há a alegação da promoção dos direitos humanos ser uma atitude em favor dos agentes do crime. A associação entre pobreza e violência faz com que se peça para as classes populares o rigor da polícia. O controle das "classes perigosas". Assim, se falar em direitos humanos era algo que fazia sentido durante a ditadura, em período de construção democrática o pleito por direitos humanos é associado à defesa de bandido. Porém, isso é, na verdade, em palavras de Maria Victoria Benevides, "o medo atávico das massas famintas".

Precisamos realizar, neste ponto, uma digressão histórica. Entre os séculos XVIII e XIX, foi afirmada a dimensão dos direitos de cidadania, sobretudo as liberdades, e entre elas a liberdade de consciência e de expressão. Durante o século XIX até meados do século XX, a luta pelos direitos dos trabalhadores levou à afirmação dos direitos sociais. Finalmente, no século XX se afirmou a dimensão dos direitos coletivos, sobretudo os direitos de gênero, geração e ambientais, direitos de solidariedade planetária, como a autodeterminação dos povos e a defesa do meio ambiente, como a garantia de água potável para todos.

Isso tudo indica que os Direitos Humanos não estão de antemão garantidos, mas são frutos de uma marcha de conquistas sociais. Podemos, também, no-

tar que aquelas argumentações da defesa internacional dos Direitos Humanos e do preconceito em relação às "massas famílias" não passam de falácia. A primeira, porque situações como a das guerras interétnicas africanas não recebem o mesmo tratamento que uma suposta ameaça iraquiana; a outra porque não há a menor possibilidade de associação entre Direitos Humanos e impunidade. Justamente, o que fica fortemente afirmado é a necessidade da ampliação do reconhecimento social dos Direitos Humanos, bem como a implantação de políticas públicas que levem à sua promoção, proteção e reparação. Direitos Humanos têm que estar presentes em todas as políticas públicas, e devem ser uma política pública. O fundamental é que existam mecanismos de controle social para a efetivação destes direitos.

Durante os governos do Sr. Fernando Henrique Cardoso privilegiaram-se os direitos civis e políticos. Ainda assim, mesmo nesse campo os débitos são muito grandes. Talvez, o fato de tratar as dimensões dos Direitos Humanos como se fossem desintegradas explique o "desmonte social" que fez esse (des)governo. Mesmo que se divulgue a conquista de uma nova situação escolar para o Nordeste, o Brasil continua amargando a 73<sup>a</sup> posição no Índice de Desenvolvimento Humano, e a 120<sup>a</sup> para a população afrodescendente. O desmonte não é apenas social, porém etno-racial. Nessa nova fase da construção da democracia, parece que os Direitos Humanos, na sua integralidade, interdependência e universalidade farão parte da preocupação do governo federal.

# Na defesa de elos que não se rompam

Almir Pereira Júnior

## Cidadania (homos)sexual

Ainda somos uma democracia de estreitos limites, haja vista o tema da "cidadania sexual". Daí resultam inúmeras atitudes homofóbicas. "Os formatos de discriminação... vão desde a humilhação pública passando pela violência física até a morte." Um dado que se refere à pressão sobre a sociedade, quase um clamor dos crucificados, são as paradas do orgulho gay. A cada ano crescem e se disseminam

Dia 2 de junho de 2002. A Parada do Orgulho Gay toma a principal avenida de São Paulo. São mais de 700 mil pessoas celebrando o direito à diversidade sexual. Pouco a pouco, várias cidades brasileiras vão inserindo em sua agenda pública a realização de suas próprias paradas, que já invadem as ruas de capitais como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Após décadas de invisibilidade forçada, a homossexualidade vai assumindo seu espaço no campo da luta pela democracia, através de um árduo e longo percurso (ainda inacabado) de quebra de barreiras e resistências, que persistem mesmo dentro do âmbito da sociedade civil organizada.

Será o Brasil, então, um exemplo internacional de garantia dos direitos das denominadas "minorias sexuais"?

Essa é a impressão que podemos passar, já que, ao contrário de outros países, nunca tivemos uma legislação criminalizando as relações homossexuais. Além do que, nossas grandes festas populares, principalmente o carnaval, tendem a criar uma falsa imagem de anarquia e liberdade sexual que remete aos versos de uma antiga canção: "Não existe pecado do lado de baixo do equador"...

Mas, como bem nos lembra Michel Foucault, o fato de existir exposição pública da sexualidade não significa que não existam fortes regras sociais para seu controle e repressão. E isso se encaixa perfeitamente no contexto brasileiro. Existe um complexo conjunto de convenções morais que permeia nossa cultura e marca definições do que 'podemos' e 'não podemos'

fazer em relação à sexualidade, principalmente no que se refere às manifestações públicas de nossos desejos.

O Brasil real e cotidiano ainda está longe de ser uma referência de respeito à diversidade humana. A cidadania sexual permanece algo que traz incômodo e estranheza quando posto em pauta. E nisso, infelizmente, os setores de direita, de centro e de esquerda se assemelham mais do que pensam...

Quando não é simplesmente ignorada, a questão da sexualidade é tomada como 'naturalmente' relacionada ao campo 'privado' das relações entre homens e mulheres, não se abrindo espaço para pensar sua dimensão política e para incorporar outras formas de afetividade e desejo.

Quantas vezes, mesmo em debates e esferas protagonizados pelos atores sociais engajados na luta democrática, temos conseguido incorporar a reflexão sobre os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na formulação de propostas de políticas públicas e de novas legislações? Raramente...

O resultado geral é o silêncio forçado, parecendo haver um acordo tácito (uma espécie de "etiqueta política") de não se falar no assunto, prin-

cipalmente quando o que está em debate são temas ‘sérios’ como democracia, desigualdade e cidadania.

Esse silêncio, ou invisibilidade como alguns preferem classificar, termina por deixar o caminho aberto para a homofobia, fazendo com que atos e manifestações de violência e desrespeito aos direitos das “minorias sexuais” permaneçam impunes.

Assim, infelizmente, este ainda é um país no qual a sexualidade é um fator de risco e desigualdade. Quem está fora do padrão da heterossexualidade convencional paga um alto preço. São diversos os formatos da discriminação a serem enfrentados cotidianamente: vão desde a humilhação pública, passando pela violência física, até a morte.

A freqüência e a proporção desses

fatos é tanta que as principais entidades internacionais de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e a *Americas Watch*, já começaram a incorporar a questão da homossexualidade em seus relatórios sobre o contexto de violação da cidadania no Brasil.

Para a *International Lesbian and Gay Association* (Ilga), o Brasil está entre os países com maior índice de violência homofóbica, equiparando-o a locais onde existe legislação criminalizadora em relação à homossexualidade (em alguns até pena de morte) como Egito, Irã, Iraque, Sudão e Zimbábue.

O que representam então essas centenas de milhares de pessoas nas ruas em tantas paradas no mês de junho? O que elas estariam celebrando?

Significa, a meu ver, a sinalização de que é possível reverter esse quadro. E, acima de tudo, representa o resultado de todos os vários passos que já foram dados, principalmente por conta da força e persistência de inúmeros cidadãos e cidadãs que têm exercitado a democracia a partir de seu engajamento em movimentos sociais e em organizações não-governamentais que lutam pela afirmação da cidadania sexual.

Para entender isso precisamos voltar no tempo pelo menos vinte anos... O autodenominado “movimento de emancipação homossexual brasileiro” se estruturou a partir do final dos anos 1970. Durante toda a década de 1980 o movimento vai crescendo e buscando construir articulações nacionais. Mas foi no decorrer dos anos 1990 que

Eloá Corrêa/Ag. A Tarde/AJB



Primeira Parada do Orgulho Gay da Bahia (16/6/2002)

A cidadania sexual permanece algo que traz incômodo e estranheza quando posto em pauta. E nisso, infelizmente, os setores de direita, de centro e de esquerda se assemelham mais do que pensam...

o processo de mobilização ganhou maior densidade e velocidade, principalmente a partir da injeção de motivação e de recursos (humanos e financeiros) trazida pelo desafio de estruturar a resposta comunitária de combate à Aids/Sida. Por intermédio das instituições não-governamentais e dos novos canais de gestão pública (comitês, conselhos de co-gestão, etc.) que foram sendo criados para lidar com avanço do HIV no País, pela primeira vez na história brasileira, gays, lésbicas, travestis e profissionais do sexo passaram a assumir um papel protagônico em um campo de política pública. E, nesses espaços, ao contrário de ser escondida, sua sexualidade fazia parte da legitimidade de sua participação.

Não por mera coincidência, portanto, o número de organizações multipliou-se durante os primeiros cinco anos dessa década. Tanto que nesse ano, 1995, três fatos de peso marcam a consolidação desta trajetória de crescimento: a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT); a realização no Rio de Janeiro da 17ª Conferência Mundial da Ilga, reunindo representações do mundo inteiro; a promoção, como ato de encerramento da Conferência, da primeira Parada do Orgulho Gay no Brasil, na orla de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro.

Desde então, a cada ano, a cada nova edição pelo Brasil dessas paradas, a meta é quebrar o silêncio e romper as fronteiras do preconceito que teima em impor limites à democracia e à cidadania, levando às ruas a seguinte mensagem: Se realmente queremos levar a sério a luta por uma sociedade justa e igualitária, temos de deixar de lado tabus e moralismos arcaicos e abraçar a cidadania em toda a sua diversidade.

Não é possível falar em uma democracia plena, que conte com todas as faces possíveis da cidadania, se a sexualidade fica de fora do debate e das ações. Assim como estamos aprendendo a ler as desigualdades sociais a partir das óticas de gênero e de "raça" (conquistas do movimento feminista e do movimento negro) é preciso ampliar ainda mais os horizontes da cidadania, se realmente queremos tomar a valorização da diversidade humana como um valor fundamental do processo democrático.

Infelizmente o contexto permanece complicado. Um bom exemplo, é todo o árduo processo para tentar a aprovação do Projeto de Lei 1.151/95 que possibilita a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, de modo a garantir direitos básicos de partilha de bens em caso de morte ou separação, assim como a extensão dos benefícios de planos de saúde e seguro social. Todos os que estão envolvidos, desde 1995, no lobby pela aprovação do projeto, têm de enfrentar, além da óbvia oposição dos setores conservadores, também as resistências de significativa parcela dos potenciais aliados dentro do campo da sociedade civil organizada. Não tem sido tarefa fácil abrir espaço para discutir o tema, e muito menos criar a pressão necessária para agilizar a aprovação da lei. Tanto que ela continua sem ser votada.

Isso não significa, no entanto, que mudanças não estejam sendo tentadas. Atualmente, a luta pela efetivação dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais tem priorizado dois focos de ação:

- O lobby para elaboração e aprovação de leis de promoção de direitos, principalmente pela criação de leis estaduais e municipais de criminalização dos atos de discriminação e violência. O Rio de Janeiro, por exemplo, é um dos estados que já possui uma legislação (estadual e municipal) interessante nesse âmbito.

- A criação de órgãos e serviços de defesa de direitos e de promoção da cidadania. Já existem iniciativas interessantes nesse campo, como, por exemplo: o Disque Defesa Homossexual (DDH), estruturado em 1999 no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; o Disque Cidadania Homossexual que funciona em Brasília desde 2000; a Defensoria Homossexual de São Paulo, criada em 2001 a partir da parceria entre o Ministério da Justiça e entidades do movimento social; a Assessoria da Livre Orientação Sexual ligada à prefeitura de Porto Alegre; assim como espaços não-governamentais como o Centro de Cidadania e Solidariedade às Orientações Sexuais (Cecoss), criado em 2000 pelo Grupo de Apoio à Prevenção à Aids/Sida da Bahia. O objetivo comum a estas iniciativas é criar ações exemplares que possam ser apresentadas como alternativas de políticas públicas. Trata-se de ações de cunho afirmativo que tentam quebrar a invisibilidade e o silêncio sobre a questão, visando alavancar um debate público mais amplo.

Mas, ao que parece, ainda é preciso fazer muito mais barulho... ■

# As cores da homossexualidade

Uns recusam-no por ser negro; negros recusam-no por ser gay; gays recusam-no pela cor da pele. Pontapés morais e múltiplos de todos os lados. Diálogo sobre homossexualidade situam-na no universo branco; se sobre a negritude se fala, é de heterossexualidade que se fala. Somos talvez uma cultura pluripreconceituosa?

Quais são as cores da sexualidade? Quais são as sexualidades da negritude?

Essas perguntas sem dúvida soam estranhas, e até mesmo incômodas, já que estamos mais acostumados a perceber a homossexualidade e a negritude como campos distintos de identidade social e de ação política. Se pressupõe uma "heterossexualidade natural" da negritude, assim como os ícones e a estética do meio gay reforçam o ideal do branqueamento.

Com isso perdemos de vista, e condenamos à invisibilidade e ao exílio, aqueles que potencialmente pertencem

a essas duas identidades: os afrodescendentes que são gays, lésbicas, travestis ou transexuais.

Uma interseção se apresenta especialmente explosiva: ser "gay negro", uma vez que põe em cheque-mate um dos mais fortes mitos de nosso imaginário popular: a hiper-masculinidade negra. Nossa cultura apresenta, preconceitosamente, a homossexualidade como algo incompatível com a masculinidade, portanto: "negão" não teria como ser homosexual. A realidade, porém, como sempre, não cabe nos estereótipos e rótulos das classificações simplistas. É o que pude comprovar durante o processo de pesquisa empírica para minha tese de doutorado, quando tive oportunidade de realizar entrevistas qualitativas com gays negros residentes na cidade de Salvador, Bahia.

Todas as falas indicavam o mesmo dilema: Se já é uma dramática aventura ser "negro" ou ser "gay" em um contexto preconceituoso como o nosso, imagine então ser, ao mesmo tempo, gay e negro?! Não há para onde fugir: o fogo cruzado vem de todas as direções. E o pior: até mesmo os negros e os gays apertam o gatilho!

Cotidianamente eles têm de lidar com fronteiras sociais (a identidade negra e a identidade gay) que *a priori* não mantêm relações diplomáticas entre si.

A descoberta da sexualidade surge como um conturbado impasse para o

qual poucos conseguem encontrar uma saída: sua opção sexual tende a afastá-los de suas famílias e comunidades de origem, e, por cruel ironia, a cor escura de sua pele impõe limites em sua inserção e trânsito nos lugares e espaços gays.

É difícil encontrar um espaço e ambientes de solidariedade, no qual não tenham que lidar com o preconceito, que se expressa tanto nos olhares enviesados como em atos de violência física. Para a maioria, a convivência social se transforma em um complexo jogo de esconde-esconde, de vidas múltiplas e, por vezes, paralelas.

Para a maioria, a descoberta dos desejos vem entrelaçada com a quebra da solidariedade familiar. É o momento em que o 'lar' deixa de ser refúgio e se transforma também em ponto de fuga. As relações familiares vão se tornado cada vez mais controvértidas, e quando não são marcadas pela violência física (um dos entrevistados foi espancado e expulso de casa ainda adolescente), são pautadas por uma violência simbólica na qual estabelece um acordo tácito de utilização da superficialidade e da omissão como moedas correntes das trocas cotidianas em torno da questão da sexualidade. Como bem exemplifica a frase de um dos entrevistados: "eles fingem que não sabem, eu finjo que não sou, a gente finge que é feliz e assim vai-se vivendo".

A animosidade tende a ganhar ares

A descoberta da sexualidade surge como um conturbado impasse para o qual poucos conseguem encontrar uma saída: sua

opção sexual tende a afastá-los de suas famílias e comunidades de origem, e,

por cruel ironia, a cor escura de sua pele impõe limites em sua inserção e trânsito nos lugares e espaços gays

de trégua quando o indivíduo consegue provar que não irá se expor (e exponer a família) socialmente com o comportamento “afeminado” que comumente se pressupõe como requisito básico de “ser homossexual”. Assim, a adoção da masculinidade como padrão comportamental se torna uma espécie de *habeas corpus* capaz de ressignificar as relações domésticas, já que o sujeito se mostra hábil a lidar com o jogo das aparências sociais.

Fora o circuito religioso do candomblé, os gays tendem a se tornar ‘invisíveis’ dentro das instituições e grupos negros. É no circuito gay que se inclinam a circular e se expor mais, dentro dos limites impostos por este meio.

Assim, momentaneamente os espaços de socialização e de encontro homossexual aparecem como locais de liberdade onde eles podem se expressar sexualmente. Não demora muito, porém, para que percebam o quanto esses espaços também estão marcados pelo racismo. Ser negro faz diferença e se traduz em desigualdade também no circuito de interação gay. A maioria possui um relato de discriminação

sofrido em tais locais. Nesse circuito o *habeas corpus* corresponde à adesão às regras da etiqueta social do racismo à brasileira, na qual a ‘negritude’ deve dar lugar à ‘morenidade’. Como disse um entrevistado:

*Não se fala sobre isso, sobre ser negro, se evita tocar nessa questão... Eu mesmo, meus amigos gays me chamam sempre de moreno.... É aquela coisa do cara que é negro mas é fashion: sabe se vestir, se comportar, cortar o cabelo bem rente... aí tudo bem... negro só tem vez se for bonito e com celular no bolso (E, 25 anos).*

Mas se experimentar o racismo em ambientes gays é algo extremamente incômodo, as expressões de homofoobia e de heterossexismo que vivenciam na “comunidade negra” são ainda mais contundentes, não por serem mais irascíveis, mas por serem estes os espaços onde depositam maior vínculo efetivo na infância e adolescência, já que estamos falando, concretamente, de suas famílias e dos bairros onde foram criados.

*Já pensei em abrir o jogo para o povo lá da comunidade em que vivo, que sempre conheci, desde menino e que acho que gostam de mim como amigo... mas aí eu fico ouvindo os caras falando sobre “as bichas”... o tom de desprezo, de raiva mesmo quando falam de um negro que “virou viado”, como se fosse uma espécie de traição... vejo eles falando coisas do tipo: “esse aí merecia era umas porradas para aprender a ser homem”. Aí eu penso que talvez seja melhor continuar calado. (J., 28 anos)*

Nas últimas décadas muito se avançou em relação à construção de uma “cultura negra” e de uma “cultura gay”. Basta ver, como exemplo banal disso, a última grande mostra de cinema realizada no Rio de Janeiro neste ano quando foram realizadas mostras

específicas para esses dois públicos (*Olhos Negros* e *Mostra Gay*). Mas, invariavelmente a fórmula se repete: os livros, filmes, músicas, discursos teóricos ou militantes que falam sobre “negritude” estão centrados em uma suposta heterossexualidade, e aqueles que falam sobre ‘homossexualidade’ tendem a se fixar no universo ‘branco’.

Sem referências e sem visibilidade, é comum perceber uma sensação de exílio, de não pertencimento a lugar algum:

*...São dois terrenos marginalizados... Ser negro e ser gay. Acho que estou na interseção: ora eu vou para um lado, ora para outro... mas quando olho parece que eu não estou em lugar nenhum... Quando eu vou para um extremo... por exemplo, reunião do movimento negro... Parece que quando você está lá não existe sexualidade, a não ser as mulheres levantando a questão de gênero, mas não se fala em homossexualidade. No meio gay é a mesma coisa, não se fala na questão racial... ou então é aquela coisa: “pô, viu aquele negão”... Sempre como se estivessem falando de alguém de fora, nunca um olhar de integração. As duas populações são marginalizadas, e eu acho que tem que compreender... aí fico na cabeça: “porra, você também é marginalizado e eu sou, talvez, mais ainda... porque você não comprehende isso e pelo menos me respeita. (M., 29 anos)*

# Um vírus contra os tabus

Oswaldo Braga

Virgindade, sexo antecipado, homossexualidade, fidelidade eram posições sacramentadas, conceitos fechados, verdades sociais e até religiosas. Veio a Aids (gostamos de chamar Sida, expressão preferida pelos restantes novilatinos) e soprou isso para o ar – uma revolução viral que nasceu com a sociedade e seus ministérios estatais, alguns ainda resistentes

O advento da epidemia da Aids/Sida impulsionou uma série de mudanças comportamentais em todo o mundo. Algumas antigas e confortáveis posições tiveram que ser revistas, o que trouxe à tona alguns ‘problemas’ que foram, durante anos, desconsiderados pelos governos e pelas lideranças sociais.

A virgindade, o sexo antes do casamento, a iniciação sexual dos jovens tiveram que ser revistos em todos os seus aspectos, desde seu conceito de valor, até a reavaliação dos comportamentos sob o prisma da redução de danos. Desde o movimento *hippie*, a “revolução sexual” dos anos 1960/70, os jovens passaram a se permitir viver

sua vida sexual independente de qualquer bênção religiosa ou oficialização civil. Com a Aids/Sida, surge a necessidade de se tratar dessas questões, de se conversar sobre o assunto, de se educar, e os conservadores foram obrigados a reconhecer que os jovens há muito haviam deixado de depender da bênção dos pais ou das igrejas para darem vazão ao seu amor carnal. A máscara foi arrancada. Foram obrigados a reconhecer essa realidade e abrir o diálogo à prática de sexo seguro, sob pena de verem seus filhos e filhas contaminados com o HIV.

A fidelidade conjugal foi outra posição colocada na balança e desmaskada. A contaminação de mulheres casadas, monogâmicas, tem levado os casais a reverem seus conceitos de fidelidade e considerarem a possibilidade de permanecerem juntos, apesar de eventuais ‘puladas de cerca’, desde que pratiquem o sexo com preservativo. No Brasil, mulheres heterossexuais representavam 44,2% da população contaminada em 1990 e em 2001 esse número já representava 80,8%. Passa a ser preferível uma conversa franca entre marido e mulher, noivos e noivas, namorados e namoradas sobre a prática de sexo seguro, ao risco de se ignorar a possibilidade de aventuras extraconjugaies e de uma contaminação indesejada.

A homossexualidade, bastante conhecida da maioria das famílias, porém nunca encarada, foi outro tabu a

emergir. Tratar da questão como algo real e desprovido do puritanismo e da falsa moral conservadora, tornou-se imprescindível no combate à proliferação da epidemia. Era preciso fazer com que os homossexuais resgassem sua auto-estima, tivessem garantida sua cidadania e fossem aceitos, uma vez que era necessário entender os hábitos desse grupo e a forma correta de abordá-los, independentemente ou não de quaisquer conceitos morais. A difusão do sexo seguro entre homossexuais exigia, antes de qualquer coisa, aprender um pouco sobre os hábitos e as práticas desse grupo tão obscuro.

No Brasil, o Ministério da Saúde foi o primeiro a parar de “tapar o sol com a peneira”. Reconhece que seria impossível conter a propagação da epidemia da Aids/Sida se não encarasse a questão da homossexualidade e deixasse de colocar o falso moralismo acima da saúde pública. Era preciso tirar a homossexualidade da escuridão, trazê-la à luz, compreendê-la e usar esse conhecimento para a prevenção à Aids/Sida. As famílias teriam que abrir os quartinhos dos fundos, onde escondiam os seus gays das vistas da população, e avaliar o que era mais importante: o amor ao ente querido e sua sobrevivência ou o sentimento de vergonha que a sua orientação sexual causava. E a Coordenação de Aids/Sida encarou a questão, provocando arroba escandalizados de protestos dos conservadores.

## MÍDIA E HOMOSSEXUAIS

A morte súbita da cantora Cássia Eller, em 29 de dezembro do ano passado, colocou o tema da homossexualidade em destaque na imprensa desde os primeiros dias de 2002. A disputa entre o pai da cantora e sua companheira Maria Eugênia pela guarda do filho de Cássia mobilizou a opinião pública, claramente favorável a que a guarda ficasse com Eugênia (como acabou acontecendo em outubro, por decisão definitiva da Justiça).

Em agosto a revista *Época* dedicou matéria de capa às lésbicas. A partir da realização do programa "Fica Comigo" (espécie de "Namoro na TV" da MTV) com uma candidata lésbica procurando sua parceira, a revista detecta o que classifica como "uma nova maneira" de ser lésbica no Brasil, traduzida na quebra de estereótipos masculinizados e em maior visibilidade.

Até mesmo a imprensa evangélica tratou do tema: a revista *Enfoque Gospel* dedicou matéria de capa ao que

classificou de "o comercial que abalou a família brasileira". Referia-se ao comercial do ministério da saúde em que um rapaz é procurado em casa pelo ex-namorado e obtém todo apoio da família: o pai dispensa o ex-namorado e a mãe consola o filho, dizendo que ele encontrará alguém que o mereça, alguém que use preservativo. A revista recolhe depoimentos de pastores e fiéis, em sua esmagadora maioria críticos do que consideraram uma espécie de "estímulo" ou "incentivo" à homossexualidade. Mas – sinal dos tempos – a revista procura manter-se neutra, equidistante, deixando claro que as opiniões são de responsabilidade dos entrevistados, não do veículo. E mesmo entre esses são raros os ataques diretos ao personagem do comercial ou à postura da família: ao invés disso o argumento adotado é o de que seria preferível outro tipo de propaganda, valorizando, por exemplo, a castidade.

O Ministério da Justiça, por sua vez, teve outro motivo: os direitos humanos. Pressionado pelos acordos internacionais, pelas denúncias e pela necessidade de dar início à mudança da imagem do Brasil no exterior, em relação ao respeito aos grupos vulneráveis, o Ministério da Justiça elege os homossexuais como um dos grupos vulneráveis alijados da plena garantia de seus direitos humanos, o que o leva a incluir ações voltadas para esse grupo, mesmo no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Entendendo que grupos vulneráveis exigem ações de inclusão e que essas ações devem partir do poder público, o Ministério da Justiça vê a necessidade de despir-se de preconceitos e considerar o homoerotismo como uma prática sexual concreta e que a garantia da realização sexual faz parte dos direitos humanos básicos do cidadão, independente de sua orientação sexual. Os índices de violência contra os homossexuais assustam e torna-se impossível

**Passa a ser preferível uma conversa franca entre marido e mulher, noivos e noivas, namorados e namoradas sobre a prática de sexo seguro, ao risco de se ignorar a possibilidade de aventuras extraconjugaies e de uma contaminação indesejada**

reduzi-los sem quebrar a clandestinidade do grupo. É preciso conhecer essa camada da população e aceitá-los, pois é debruçando sobre o problema, encarando-o, que poderá ser combatido.

Ao examinarmos os programas previstos pelo Governo Federal, em sua proposta de Lei Orçamentária para 2003, somente o Ministério da Saúde, pela Coordenação Nacional DST/Aids, e o Ministério da Justiça, pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos,

prevêem ações voltadas para os gays.

O que se percebe é que os homossexuais permanecem considerados somente quando se trata de uma doença – que não é exclusiva do grupo – ou quando se apresentam como vítimas da violência homofóbica. Onde fica a responsabilidade e a participação dos demais órgãos do governo?

O Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, não assume seu papel na capacitação de professores sobre a homossexualidade, entendendo-a e apresentando-a como mais uma possibilidade entre todas as práticas sexuais saudáveis e lícitas. Ou seu papel de promotor de ações de combate direto aos hábitos homofóbicos no ambiente escolar, criando um ambiente de aceitação do aluno homossexual, de forma a garantir o seu aprendizado nos mesmos níveis dos demais alunos.

Outro órgão que precisa assumir os homossexuais e promover ações voltadas para esse público é a Embratur. Seu papel de fomento às atividades turísticas no Brasil, deve, necessariamente, incluir o turismo GLS, segmento que tem garantido a entrada de importantes recursos turísticos em centros receptivos de todo o mundo. O Brasil é um dos mais importantes destinos do turista homossexual e esse segmento já provou ser um dos mais rentáveis, ambicionado por todo o mundo.

Está na hora de tirar a máscara e trazer os homossexuais à luz. Está na hora de o Governo Federal ampliar sua atuação, assumir seu papel e fazer com que os homossexuais sejam incluídos na nossa sociedade, em todos os níveis, desvinculados de doenças e violência.

**Oswaldo Braga**, pós-graduado em Marketing, presidente do Movimento Gay de Minas (MGM).

# "Mais amor e mais tesão"

James N. Green

Um professor de história brasileira noutro lugar não-Brasil levanta elementos que vêm construindo em nosso país uma identidade de grupos discriminados por sua opção sexual. Há os que, por não verem, detestam todos quantos vêem. A uns e a outros são dedicados estes parágrafos, aos primeiros para não serem injustos, aos demais para terem melhor visão

Durante o processo de aparente liberalização que acompanhou a volta à democracia nos anos 1980, a maioria dos gays e lésbicas achavam que não era necessária a organização política. Porém, o crescimento dramático da infecção de HIV e a onda de violência contra gays, travestis e lésbicas revelou que seus direitos eram precários dentro de um regime democrático. Outros fatores colaboraram para o surgimento do ativismo gay e lésbico depois do estabelecimento de um regime democrático em 1985. Vários movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores começaram a questionar como democratizar a participação nu-

ma sociedade civil. Ativistas do movimento feminista, grupos de bairro e a esquerda argumentaram que uma verdadeira democracia implicava respeito aos cidadãos comuns. Além disso, o movimento pelo *impeachment* do ex-presidente Collor reforçou a importância da mobilização para conseguir objetivos políticos.

Estas experiências politizaram muitos gays e lésbicas. Eles integraram-se a pequenos grupos e formaram, no final dos anos 1970 e no começo dos anos de 1980, o Grupo Gay da Bahia, como uma forma de apoio, conscientização e debate. Também procuraram conseguir a plena cidadania para os gays, lésbicas e travestis na luta contra a homofobia, violência e discriminação. Em setembro de 1997, ativistas lésbicas reuniram-se em Salvador para uma conferência de quatro dias, o Segundo Seminário Nacional de Lésbicas, que enfocou questões de saúde e cidadania. Este encontro inspirou a organização de eventos similares nos anos seguintes.

Ao mesmo tempo, a mídia aumentou a discussão sobre homossexualidade, e atividades do movimento internacional afetaram o debate dentro do País. Todos os grandes jornais, revistas e programas de televisão cobriram as paradas gays internacionais, debates sobre os gays e as lésbicas nos Estados Unidos e na Europa e sobre a Aids/Sida. Programas de entrevistas promoveram os poucos ativistas dispostos a assumir publicamente para

discutir a homossexualidade de uma maneira aberta e franca. Cantores famosos, como Renato Russo, anunciarão sua homossexualidade e apoiaram o movimento.

Houve também uma mudança na auto-identidade das pessoas que mantêm relações sexuais com pessoas do mesmo gênero. Embora muitos brasileiros ainda pensem em termos de papéis sexuais ativo e passivo, as identidades gays e lésbicas similares às dos Estados Unidos e da Europa são cada vez mais comuns, especialmente entre a classe média dos grandes centros urbanos. Nos primeiros anos do movimento no Brasil, ativistas rejeitaram a palavra *gay* por causa de sua associação estreita com o movimento americano. Hoje em dia, o termo inglês é usado amplamente entre os homossexuais e as lésbicas, e pela mídia. Porém, não é tão comum quanto na Europa e nos Estados Unidos, assumirem-se eles/elas como tal particularmente perante a família e entre homens não afeminados e entre mulheres não masculinizadas. Mesmo assim, cada vez mais ativistas estão aparecendo nos jornais, nas revistas e na televisão, tentando romper o código cultural que diz: "Pode fazer o que você quiser, mas não diga nada a ninguém."

Além de aumentar o número de pessoas que se envolveram no movimento buscando informação e apoio, o crescimento de organizações não-governamentais (ONGs) voltadas para a prevenção do HIV e da Aids/Sida

## HOMOSSEXUALIDADE NÃO É DOENÇA

Em março de 1999 o Conselho Nacional de Psicologia emitiu a resolução de número 001/99 estabelecendo que "os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados". O Conselho reafirma e explicita a posição com o parágrafo único que determina: "os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades". A íntegra da resolução pode ser consultada no site do Conselho em <http://www.psicologionline.org.br>

aumentou os recursos e a infra-estrutura do movimento. Grupos aprenderam a pedir verbas tanto dos governos federal e estaduais quanto de organizações internacionais. Esses recursos ofereceram a possibilidade de alugar locais que também servem de ponto de reunião dos ativistas gays e lésbicas.

O crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) como organização que unificou os movimentos sociais e grupos de esquerda também politizou ativistas gays. O partido tornou-se o ponto de referência para a maioria desses ativistas, como um dos poucos partidos políticos que criticavam o *status quo*. Durante os anos de 1980, o PT foi o único partido com peso nacional que incluiu os direitos de gays e lésbicas em seu programa. Ativistas gays formaram um grupo dentro do PT para educar seus membros sobre as questões do movimento, porém a aliança do PT com a base da Igreja Católica Romana obrigou Lula a retirar seu apoio à união civil para homossexuais na campanha presidencial de 1994. A intro-

dução da proposta de parceria civil por Marta Suplicy em 1995 em certa medida recuperou o prestígio do PT como um partido que defende os direitos de gays e lésbicas.

O movimento tem se expandido em outras áreas importantes. Dirigentes de sindicatos começam a exigir benefícios para parceiros domésticos em planos de saúde. Travestis também destacaram-se dentro do movimento nos últimos anos. Desde os anos 1960, travestis, muitos trabalhando como prostitutas, tornaram-se mais visíveis nas ruas dos maiores centros urbanos. Hormônio e silicone aumentaram as possibilidades de homens, que se identificam como mulheres, transformarem os corpos. Embora travestis sejam um alvo dos assassinos, durante muitos anos sua participação no movimento foi quase inexistente. Em maio de 1993, a Associação de Travestis e Liberados realizou seu primeiro encontro nacional no Rio, com a participação de mais de cem pessoas do Rio, de São Paulo e de outros estados. Representantes de outros grupos recém-organizados convergiram ao Sétimo Encontro Brasileiro de Lésbicas e Gays em janeiro de 1995, reivindicando a incorporação ao movimento. Como resultado, o nome da organização fundada neste encontro, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, refletiu essa participação ampliada.

Guias turísticos internacionais dirigidos a gays e lésbicas anunciam

numerosos bares, boates, praias, bairros carnavalescos e diversas publicações. Porém, visibilidade e folia não necessariamente produzem ativistas. Apesar de todos os sucessos da organização conseguidos nos últimos anos, como a Parada Gay de São Paulo de 250 mil pessoas, em junho de 2002, o movimento ainda está fraco, envolve apenas uma porção reduzida dos milhões de gays, lésbicas e travestis brasileiros. Atualmente, existem mais de oitenta grupos de gays e lésbicas no País, e um número comparável de organizações dirigidas a assuntos da Aids/Sida, mas a maioria destes grupos são pequenos, com apenas de trinta a cinqüenta membros. Apenas uma dúzia de organizações acumularam recursos e membros suficientes para sustentar sedes, infra-estrutura e oferecer líderes para dirigir o movimento nacional.

Uma pesquisa realizada em maio de 1993, numa amostra de dois mil homens e mulheres brasileiros, revelou um persistente desconforto diante da homossexualidade. Embora 50% confirmassem ter contato diário com homossexuais no trabalho, em sua vizinhança ou nos bares e clubes que freqüentavam, 56% admitiram que mudariam seu comportamento em relação a colegas caso descobrissem que eram homossexuais. Um em cada cinco romperia de vez o contato com essa pessoa. Dos entrevistados, 36% não empregariam um homossexual, mesmo que fosse a pessoa mais qualifica-

**Programas de entrevistas promoveram os poucos ativistas dispostos a assumir publicamente para discutir a homossexualidade de uma maneira aberta e franca.**

**Cantores famosos anunciaram sua homossexualidade e apoiaram o movimento**

da para o cargo, e 79% não aceitariam que seu filho saísse com um amigo gay.

Doutor Arnaldo Dominguez realizou uma pesquisa reveladora em São Paulo, em 1991. Mandou duzentos questionários a clínicas e psicólogos e a seiscentos homossexuais. Dos médicos, 30% consideraram que a homossexualidade merecia condenação; 70% dos médicos achavam bissexualidade uma anomalia; e 50% disseram não estar preparados para conversar sobre o assunto, se pacientes homossexuais viessem a seus consultórios.

Mudanças dramáticas no movimento ocorreram desde a fundação no fim dos anos 1970. O movimento agora é mais aberto à diversidade política e ideológica. Ativistas de organizações da esquerda (PT e o PSTU) são considerados integrantes legítimos do movimento. Embora as organizações não tenham endossado candidatos, a maioria dos ativistas apoiaram o PT ou outro partido da esquerda nas eleições. Isto não quer dizer, contudo, que o movimento tenha adotado mecanicamente a retórica, análise, ou métodos de organização da esquerda. Faixas coloridas, milhares de balões e as bandeiras do arco-íris geralmente ressaltam a participação

gay e lésbica em manifestações políticas. Grupos de conscientização – uma herança do movimento feminista e do pedagogo Paulo Freire – são um instrumento básico para a organização interna do movimento. Lésbicas, embora ainda uma minoria dentro do movimento, desempenham um papel destacado em sua liderança. Um pequeno mas significante número de travestis, politizados por suas experiências com a polícia, conseguiram conquistar um espaço dentro do movimento.

Se no passado atividades políticas eram realizadas por indivíduos corajosos e grupos isolados, agora o movimento desenvolve campanhas nacionais coordenadas contra a violência e a favor da parceria civil, e de legislação antidiscriminatória. A mídia tem dado mais cobertura aos assuntos relacionados à comunidade gay e lésbica, e algumas novelas de televisão retratam de maneira positiva figuras homossexuais. O movimento internacional tem um impacto significante no Brasil, com alguns dirigentes viajando para os Estados Unidos, Europa e América Latina para participar em reuniões e conferências internacionais. A Associação Internacional de Gays e Lésbicas, que realizou a sua décima sétima conferência internacional no Rio em 1995, e a conferência latino-americana em 2000, facilitou um intercâmbio proveitoso entre delegados brasileiros e participantes de outros países.

Em agosto de 1964, "Gigi Bryant", um dos membros da rede social que editava *O Snob*, concluiu uma série em sete partes sobre a "arte da caçar". Num dos artigos, ele descreveu o Maracanãzinho, que abrigava eventos como *Holiday on Ice* e os Concursos de Miss Brasil. Depois de ridicularizar os membros dos grupos que freqüentavam esses shows, Gigi brincou dizendo que "como vêm, a afluência do 'top-set' bichal para o Maracanãzinho tende a torná-lo futuramente no centro social de numerosas classes". E ele ainda caçoou: "É bem possível que em dias melhores tenhamos o Festival de Entendidos, convergindo representantes de outras nações ao nosso país. O que seria uma grande publicidade. E uma grande utopia, também".

Em 1964, as previsões de Gigi eram motivo para risos. Contudo, trinta anos depois, seus comentários provaram-se incrivelmente premonitórios. ■

**James N. Green**, professor associado de História na California State University, Long Beach, e autor de *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Editora da Unesp, 2000).

# Lesbianismo no Brasil

Marisa Fernandes

Uma clara denúncia da ordem androcêntrica, exclusivista, machista. Uma ordem que se cerca de todos os recursos sociais, religiosos, midiáticos para manter invisíveis e inacessíveis as mulheres que desejam ser elas mesmas, com sexualidade própria e livre opção de quem elas querem livremente amar, sem necessidade de imitar o modelo masculino, e serem livremente, sagradamente mulheres.

Os meios de comunicação enquanto instrumentos de poder reproduzem parcialmente a realidade, pois, antes de divulgarem qualquer coisa, determinam o que será favorecido. Logo, não são neutros e a longo prazo colaboram para a formação de opinião e comportamento. Observamos que até um passado recente contribuíram para a internalização, na grande massa popular, da representação da superioridade branca, masculina, causando prejuízo enorme às mulheres e aos negros.



O mesmo aconteceu com o desejo homossexual, primeiramente visto como doença, vício, pecado ou relacionado com práticas de delitos.

No caso da existência lésbica, a intolerância desses veículos revelou-se de maneira mais contundente. Através de séculos repousou no silêncio, no mutismo, ignorada. Certamente a omissão desse assunto não foi por ingenuidade ou esquecimento. Ocultar a existência lésbica consiste em manter a auto-estima das lésbicas baixa, para que não tenhamos força e coragem de levantar a cabeça e dizer que não nos submetemos, não temos vergonha e que apesar de todos os esforços empreendidos contra nós, sentimos orgulho de amar e desejar a outras mulheres. Apesar dessa estratégia de negação de uma sexualidade distinta do modelo heterossexual, a partir de 1990 passamos a ter maior evidência na mídia, contudo longe de estar equiparada à representação da homossexualidade masculina.

## QUE FATORES DETERMINAM A INVISIBILIDADE LÉSBICA?

As lésbicas são invisibilizadas por desejarem sexualmente outras mulheres, contradizendo a ordem androcên-

tria e heterossexual do mundo que determina que as mulheres devem estar disponíveis para atender ao desejo dos homens. A heterossexualidade imperante se baseia nas desigualdades de gênero e na repressão sexual e tem sido imposta para as mulheres pela família, pela escola, pelos meios de comunicação e pela agressão física ou psíquica.

Negar a existência das lésbicas é querer que se acredite que as mulheres dependem sexualmente dos homens, ou seja, que não têm sexualidade própria. Para todas as mulheres e não sólamente as lésbicas, a autonomia sobre seu próprio desejo ainda não é um direito conquistado, reconhecido e respeitado, como bem ficou demonstrado durante a IV Conferência Mundial de Mulheres realizada em Pequim em 1995 quando os governos de 51 países, tiveram que enfrentar, ainda que no último dia da Conferência, a discussão sobre Direitos Sexuais. Significa: ter direito à liberdade sexual, à autonomia, à integridade e à segurança sexual do corpo, à privacidade, à equidade e ao prazer sexual; direito à expressão sexual emocional, à livre associação sexual, à tomada de decisões reprodutivas, livres e responsá-

Negar a existência das lésbicas é querer que se acredite que as mulheres dependem sexualmente dos homens, ou seja, que não têm sexualidade própria. Para todas as mulheres, a autonomia sobre seu próprio desejo ainda não é um direito conquistado, reconhecido e respeitado

veis; direito à informação, à educação sexual integral e à saúde sexual.

Na IV Conferência, os conceitos de direitos sexuais e orientação sexual foram pontos de estrangulamento das negociações para a elaboração dos dois documentos finais. As duas expressões sumiram dos documentos oficiais por pressão do bloco ‘conservador’ que reuniu católicos (Vaticano, Argentina, Equador, Guatemala, Paraguai) e islâmicos (Irã, Sudão, Iêmen, Omã, Kuwait) os quais aceitaram apenas que se falasse em ‘direitos humanos da mulher’, o que em si já foi considerado um acontecimento histórico.

#### DIFICULDADES QUE CONTRIBUEM PARA A INVISIBILIDADE DAS LÉSBICAS

Muitas lésbicas permanecem ‘dentro do armário’, tornando-se invisíveis, numa existência clandestina. Os motivos da omissão da orientação sexual delas, são, sobretudo o medo da rejeição, da família, dos amigos e do desemprego. Não viver abertamente como lésbica pode ser a garantia única de sobreviver sem riscos de assassinato, de ter a custódia dos filhos, de ter amigos, emprego, moradia e de não serem marginalizadas.

Uma pesquisa de opinião pública realizada pela revista *Manchete* e publicada em 7 de agosto de 1993 demonstrou que 48% das entrevistadas só revelariam a sua relação sexual às pessoas nas quais confiassem; 56% afirmaram que sofreram algum tipo de preconceito quando expuseram sua orientação sexual; 69,3% receberam críticas da família e dos amigos e 19,7% no ambiente profissional. Os dados confirmam a homofobia (horror a pessoas homossexuais) em nossa sociedade.

A clandestinidade, longe de ser uma situação confortável, pode ser fonte de sofrimento intenso com permanente estado de angústia, depressão, desespero e auto-anulação. Muitas lésbicas sofrem de estresse grave, é o que revela um estudo que entrevis-tou lésbicas de 17 a 80 anos realizado em 1990 pela Fundação Nacional de Saúde de Lésbicas e Gays, sediada em Washington, Estados Unidos.

O preconceito e a desinformação dos médicos sobre a sexualidade humana levam ao desrespeito para com as lésbicas, ignorando suas necessidades enquanto pacientes e interferindo no diagnóstico e no tratamento. De maneira geral, os profissionais da área de saúde imaginam que todas as mulheres são heterossexuais e por isso, não estão capacitados para atender lésbicas e mulheres bissexuais.

Lésbicas não constituem um grupo com as mesmas características. Muitas são bissexuais, mães, profissionais do sexo, têm várias parceiras, reproduzem papéis sexuais de ativa e passiva. Algumas não se reconhecem como mulheres, e como a grande maioria das brasileiras, desconhecem o próprio corpo e os diferentes ciclos da saúde. Por isso, é comum não realizarem exames preventivos de câncer de colo de útero e de mama, bem como não se sen-

tirem vulneráveis para infecções por doenças sexualmente transmissíveis.

Quanto à busca de apoio espiritual nos deparamos com o atraso das religiões. O Vaticano condenou as lésbicas que desejam ter filhos por meio de inseminação artificial. “É preciso se esforçar para eliminar essa condição” e atacou a resolução do Parlamento Europeu que permite a casais do mesmo sexo adotarem. A Universal do Reino de Deus afirma “que o lesbianismo pode ser extirpado por meio da fé”. No entanto pronunciamentos mais recentes como o da Conferência Nacional dos Bispos dos Estados Unidos ao divulgar carta pastoral intitulada *Sempre Nossos Filhos* (...) apela aos pais que descobrem a homossexualidade dos filhos e, às vezes, reagem com ira, culpa e medo, para que os aceitem, amem e respeitem “porque a rejeição dos pais pode provocar sofrimento e suicídio”. O documento ainda afirma que a igreja precisa “lutar para eliminar qualquer forma de injustiça, opressão ou violência” contra os homossexuais. (*Folha de São Paulo*, 2/10/1997). A Igreja Católica também vem com alguma mudança no discurso “aceitem, amem e respeitem, seus filhos podem precisar de vocês e de sua família mais agora do que nunca” e recomenda: “aceitem todas as pessoas homossexuais em suas paróquias por terem o direito de ouvir a palavra de Deus e receber toda ajuda pastoral”, embora a orientação do Vaticano seja para que os homossexuais mantenham-se em castidade para serem aceitos pela Igreja.

E finalmente, para se ter uma visão geral dos desafios que as lésbicas enfrentam, ressaltamos a urgente necessidade de que a legislação brasileira garanta de fato direitos ao segmento homossexual. Hoje os direitos concedidos aos cidadãos heterossexuais são

## PROCURE NA LOCADORA

"Desejo proibido" (*If these walls could talk 2*, 2000) reúne três episódios que enfocam relações lésbicas em três épocas distintas. Reúne elenco variado, que conta com atrizes como Sharon Stone, Ellen DeGeneres e Vanessa Redgrave, entre outras. O filme aborda diferentes questões presentes nas relações homossexuais femininas: o desejo de ser mãe, o preconceito de outros atores sociais também marginalizados, a perda da parceira. Disponível em locadoras e presente na grade de programação de algumas emissoras a cabo, o filme merece ser assistido pois conjuga com competência informação e reflexão com emoção e doses necessárias de humor.

privilegios. Queremos que os heterossexuais entendam que apenas para eles estão garantidos direitos de herança, de declarar imposto de renda conjuntamente, de possuir título familiar de clubes, usufruir o plano de saúde do companheiro ou companheira e tantos outros privilégios. O Brasil só vai ser mais democrático e socialmente justo se verdadeiramente combater toda espécie de privilégio e de violação aos direitos humanos, porque democracia pressupõe convívio com a diferença e criação de espaços para que essas diferenças se desenvolvam, sem prejuízos de qualquer valor.

## O MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL: FEMINISMO

No período de abertura política, na década de 1970, foi intensa a organização social. É no bojo dessa reorganização dos movimentos autônomos que surge em 1978, no Rio de Janeiro o jornal homossexual *Lampião da Esquina* e em São Paulo o *Somos* – grupo de afirmação homossexual, integrando por gays e lésbicas. No inicio de 1979 cresce a presença das lésbicas no *Somos*, formando-se um subgrupo a

"facção lésbica-feminista". Em maio de 1980, não suportando o machismo dos gays, tornam-se autônomas, organizando o Grupo Lésbico-Feminista, o LF.

As lésbicas do LF impulsionadas pelo desejo de romper com o silêncio e exibir sua existência, além da articulação com os gays, ingressaram no movimento feminista em março de 1980 no II Congresso da Mulher Paulista, realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) do qual participaram em torno de duas mil mulheres operárias, de organizações populares de periferia e feministas organizadas. A participação das lésbicas naquele Congresso transformaria definitivamente os rumos do feminismo brasileiro no tocante à discussão das suas temáticas específicas, trazendo a reflexão sobre a sexualidade feminina e a violência doméstica e sexual contra as mulheres.

Durante 1980 as lésbicas organizadas protestaram nas ruas de São Paulo contra a violência policial, homofóbica e racial, comandada pelo delegado Richetti e foram 33 dos 166 participantes do I Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados, levantando a bandeira contra o machismo e a misoginia dos companheiros gays.

A primeira década de envolvimento das lésbicas com o feminismo brasileiro foi marcada pela batalha para que o movimento feminista assumisse politicamente as questões das lésbicas. A verdade é que neste período as lésbicas prestaram serviços ao movimento feminista para serem 'aceitas'. Mas a História não pára e o movimento feminista encarou suas contradições passadas e respaldando a temática lésbica como legítima para o movimento de mulheres, reconheceu que de fato, nenhuma mulher será realmente livre enquanto todas não tenham liberdade de escolher

quem elas queiram amar.

Novos paradigmas influenciaram os movimentos sociais e foi assim que a participação das lésbicas adquiriu um papel preponderante quanto à presença, visibilidade e propostas na IV Conferência Mundial de Mulheres. Entre as prioridades do feminismo têm que estar a questão lésbica senão não estaremos falando de feminismo do século XXI.

## OS GAYS

Desde o inicio da organização do movimento homossexual, evidenciou-se a desigualdade das relações de gênero entre gays e lésbicas. O acesso que as mulheres têm aos espaços de poder e a forma do exercício do poder obedece a uma lógica diferente da dos homens. É comum deparar-se com a visão de que os gays são mais assumidos e que realizam muito mais coisas do que as lésbicas em prol da defesa da cidadania homossexual.

As lésbicas vêm atuando concreta e firmemente junto com os gays na luta por direitos. No entanto, dentro do movimento homossexual temos investido enorme tempo para desmontar o discurso e o olhar masculino dos gays que revelam desconhecimento sobre particularidades que caracterizam o universo das mulheres, incluindo um tempo próprio. Tentamos nos aproximar das travestis, para que elas estejam mais próximas das lésbicas. Ao vestir-se de mulher as travestis passam cotidianamente a sentir o que significam a opressão, a discriminação e o preconceito contra a mulher.

Para a maioria das lésbicas parece ser claro que não temos que imitar o modelo masculino. Temos uma forma diferente e específica de abordagem do poder e estamos descobrindo nossas formas e modelos de fazer política. Precisamos ampliar espaços entre os

Para a maioria das lésbicas parece ser claro que não temos que imitar o modelo masculino. Temos uma forma diferente e específica de abordagem do poder e estamos descobrindo nossas formas e modelos de fazer política

gays, as feministas, os órgãos governamentais e nos meios de comunicação, contudo são poucas as voluntárias o que torna nosso avanço lento e menor.

Dentro do movimento homossexual lutamos por paridade. Em novembro de 2001 durante o X Encontro Brasileiro de GLBT, em Maceió conquistamos 30% da representação homossexual. Não aceitamos mais que nos eventos nacionais GLBT, onde os diferentes temas são discutidos, haja apenas uma mesa composta só por lésbicas, para falar sobre lesbianidade. Queremos pelo menos uma lésbica em cada mesa discutindo, refletindo e apresentando os nossos pontos de vista sobre educação, saúde, violência, direitos etc. Queremos que do total dos recursos destinados para eventos coletivos, como por exemplo, para a organização da Parada do Orgulho GLBT, 30% sejam destinados às atividades propostas pelas lésbicas. Só assim a visibilidade lésbica será verdadeiramente garantida.

#### AS LÉSBICAS

São 23 anos de organização das lésbicas no Brasil. A cada dois anos desde 1996 realizamos o Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) e o numero de participantes tem crescido significativamente. O dia 29 de agosto foi escolhido para ser o Dia Nacional da

Visibilidade Lésbica. Nesta data acontece no Rio de Janeiro o I Senale, pela primeira vez um evento organizado somente por e para lésbicas.

Atendendo a uma demanda dos grupos organizados de lésbicas, o Ministério da Saúde através da Coordenação Nacional de DST/Aids constituiu um grupo matricial cujo objetivo era traçar diretrizes para ações de prevenção para mulheres que fazem sexo com mulher e promover a melhoria das condições de saúde.

A crescente participação das lésbicas nas Paradas do Orgulho GLBT de São Paulo fez com que o tema geral da Parada de 2002 fosse a visibilidade lésbica, quando foram homenageadas Cássia Eller e Cassandra Rios.

Faz-se necessário criar oportunidades para que o movimento reflita sobre suas necessidades e interesses. São muitos os desafios que as lésbicas se propõe enfrentar. No âmbito da cultura, precisamos de centros de convivência com infra-estrutura para manutenção de videoteca, biblioteca, espaço para oficinas e formação. Precisamos conquistar o acesso à reprodução assistida pelo serviço público de saúde. Quem são as mulheres elegíveis para o atendimento? Há um projeto de lei que pretende estender o atendimento às mulheres solteiras, mas desde que elas não sejam lésbicas. Estas questões são novas para o movimento.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a partir da década de 1990 a homossexualidade de uma maneira geral, sai da clandestinidade e marginalização e entra no patamar da ampliação e garantia dos direitos de cidadania, inserindo-se na esfera dos Direitos Humanos. Alguns fatos fizeram a inserção mais sistemática e positiva da temática homossexual nos meios de comunicação: a Parada do

Dia do Orgulho GLBT, o Projeto de Lei de Nº 1.151 que disciplina a Parceria Civil Registrada entre Pessoas do Mesmo Sexo; a epidemia de Aids/Sida e até mesmo uma novela da TV Globo, a Torre de Babel, que apresentava um casal de lésbicas que fugiam do estereótipo *lady/sapatão* e por isso mesmo foram tiradas do ar, numa demonstração explosiva de preconceito e discriminação. Tal fato propiciou pela primeira vez uma reflexão mais séria sobre nossa existência.

O papel dos movimentos sociais também é o de moldar novos comportamentos nos indivíduos, construir uma mentalidade mais favorável, buscar adesão às nossas causas e intervir com eficiência nos processos de mudanças, de crenças e de valores. É preciso convencer, pôr em evidencia todas as injustiças sofridas para dar possibilidade de destruí-las. Precisamos conquistar visibilidade, respeito, ampliar nossos direitos e fazer cumprir a lei para se combater a impunidade. Isso depende exatamente da ocupação de espaço cada vez maior dos meios de comunicação e da veiculação que esses façam de uma imagem mais positiva, justa e igualitária. Os meios de comunicação são importantes instrumentos de difusão dos valores e crenças que se querem transmitir. São os grandes formadores da opinião pública.

Inegavelmente os meios de comunicação exercem o papel fundamental de denunciar, mobilizar além de informar a opinião publica. Os poderes constituídos: a Justiça, o Legislativo, o Executivo, a polícia e a sociedade, não sendo pressionados pelos grupos organizados e pelos meios de comunicação, nada vêm, nada ouvem, nada fazem.

**Marisa Fernandes**, mestre em História Social e Coordenadora do Coletivo de Feministas Lésbicas.

Ivone Gebara

# Sexualidade: um desafio ao pensamento

O *homo* é o 'mesmo'. O *hetero* é o 'diferente'. Que limites existem entre o 'homo' e o 'hetero'? Será que o 'mesmo' é sempre mesmo ou o mesmo inclui o 'diferente'? Será que o 'diferente' é tão diferente que não inclui o 'mesmo'? Será possível *amar* o mesmo sem amar o diferente? Será possível *amar* o diferente sem amar o mesmo? Será possível que o 'mesmo', o *homo*, seja em todas as dimensões *homo*? Não seria um engano pensar que o *hetero* não guarda em si o *homo* e vice-versa? É possível estabelecer limites rígidos, idéias claras e distintas em relação ao *homo-hetero* que nos constitui?

Brinco seriamente com as palavras, por que este jogo revela a complexidade das relações humanas e dos ensaios de compreender o humano. Imaginamos que somos a definição acabada de nós mesmos. Imaginamos que somos só o que acreditamos ser e excluímos o que pensamos que não somos. E a partir do que pensamos que somos, nos exaltamos ou nos condenamos, nos gloriamos ou nos crucificamos, nos culpamos ou somos culpados.

Construímos masculinidades, feminilidades, sexualidades. Somos plurais e as expressões de nossa vida são igualmente plurais. Porém, tememos este pluralismo. Quiséramos ser apenas *uma* definição de humano e somos muitas! Queremos um só jeito de ser homem e mulher, mas nos deparamos com uma multiplicidade! Aprendemos a achar naturais, normais, verdadeiras as coisas que aprendemos e nas quais cremos, e um dia, descobrimos que há muito mais, bem mais do que o que aprendemos! No fundo, não queremos ser um *um múltiplo*, mas apenas um pobre *um uno*.

Esta é nossa eterna tentação, a negação de nós mesmas, a chave de nossa dominação comum.

Nossos estereótipos e limitações querem negar o pluralismo fundamental que nos constitui. Fazemos deles nosso modelo e nossa regra de vida! Por que tememos o pluralismo? Por que nos amedrontamos com as diferenças? Por quê?

As razões são muitas e não cabe discuti-las agora. O que parece claro é o fato de experimentarmos sempre a ameaça do diferente. Os que não pensam como nós, os que não se vestem como nós, os que não apreciam o que apreciamos, os que não falam como nós, os que não crêem no que cremos, os que têm uma orientação sexual diferente da nossa, todos parecem nos ameaçar. Mas qual é essa ameaça? De onde vem ela? Quem a impôs? Quem a estabeleceu como limite para afirmar a verdade dos seres humanos?

Criamos barreiras de proteção uns contra os outros. Temos medo dos diferentes, dos estrangeiros, dos enfermos e de mil outros e outras. Somos capazes de matá-los pelo medo que temos deles. Excluímos ou destruímos o que tememos. E, depois de excluirmos os outros, os diferentes, os impuros começamos lentamente, hoje, a ouvir-lhes as vozes trêmulas e abafadas. Chegamos até a reconhecer que receberam golpes injustos sobretudo daqueles que pensam que seu modelo é o normal, o certo, o verdadeiro, o culto, o que se impõe como norma de conduta porque teria vindo de Deus.

Depois de perseguir o diferente de afirmá-lo condenado pelo Criador Todo Poderoso, depois de impor-lhe cadeias, de lapidá-lo, de culpá-lo por sua diferença, começamos a permitir que sua voz seja



ouvida, porém em freqüência baixa e segundo certas normas. Permitimos que apareça em meio aos risos e ridicularizações. Servimo-nos dele em vista de nossos interesses políticos. Até podemos tolerá-lo, apesar da distância que impomos entre ela e nós. Depois de excluí-lo do céu branco e puro, começamos a aceitar os "negros de alma branca", as prostitutas arrependidas, os homossexuais sem prática sexual, as mulheres com algum exercício de poder público, a milenar cultura indígena. Mas, atenção! Aceitamos apenas o que nos interessa! Impomos limites à afirmação democrática da diferença. Colocamos regras para sua expressão pública de forma que a normalidade da ordem estabelecida possa sempre continuar sob controle. A expressão da diferença só pode se fazer segundo o modelo estabelecido e nos espaços permitidos pela ordem dominante.

Com freqüência, quando a ordem estabelecida permite a expressão da diferença, reduz esta expressão ao direito formal dos indivíduos. Afirma que a luta dos diferentes pertence unicamente aos diferentes. Assim, a luta das mulheres por dignidade e cidadania pertenceria apenas às mulheres, das nações indígenas, às nações indígenas; dos negros, aos negros; dos homossexuais, aos homossexuais. Se categorizam as lutas e as conquistas. Se divide a justiça e o direito. Se reparte a cidadania em setores. Se jogam as responsabilidades para uns e outras. Fazemos um corporativismo da justiça e do direito e nos fechamos nos nossos próprios interesses!

As exclusões não são coletivizadas. As feridas não são consideradas chagas de nosso corpo comum. A democracia é apenas formalmente para todos. A pátria continua sendo primeiro para os eleitos pelo sistema.

A compartmentalização da justiça e da cidadania é uma expressão do reformismo hierárquico latente em nossas relações e nas instituições sociais. Você é negro, então lute para afirmar sua negritude! Você é mulher, então lute pelos direitos de afirmar a liberdade de seu corpo! Você, é indígena então lute para conservar sua terra e sua cultura! Você é drogado, então lute para sair da droga! Você é "sem terra" então , mexa-se para conseguir terra! Você defende a ecologia, então proteja as árvores de sua rua, se houver, ou o mico-leão-dourado! Com sua luta você se integrará, talvez ao sistema, sem se lembrar que ele é o produtor principal das exclusões. Você se integra e acaba produzindo uma diversidade a mais de exclusão. Trata-se de um novo "produto" no mercado da produção da injustiça. Afinal, neste sistema a injustiça também produz injustiça, é produto e produção! E dela, se podem tirar benefícios e manter privilégios.

A compartmentalização da justiça e do direito é na realidade a continuidade do estado individualista, da democracia formal, do direito reduzido a papel, que caracteriza nossa sociedade. Ela continua mantendo o modelo hierárquico e excluente nas relações humanas, mesmo quando dá mostras de avanços sociais.

Por que não pensar de outra maneira? Por que não afirmar as dores particulares como dores coletivas? Por que não assumir sempre mais nossa responsabilidade social coletiva? Por que não assumir a causa dos outros também entre minhas causas, embora eu não possa ser ativa militante de todas as causas? Todos os problemas sociais são também meu problema, mesmo que eu não possa vivê-los com a mesma intensidade e interesse. Assumo alguns, mas nesses, estão todos os outros presentes. Todas as exclusões se tocam de certa maneira e cada forma de injustiça vive uma da outra.

A questão dos direitos dos homossexuais (gays e lésbicas) não é apenas uma questão restrita a eles e a elas. Tem a ver com toda a sociedade que pretende se construir a partir de princípios de cidadania justa e igualitária. O reconhecimento dessa orientação sexual

como uma orientação real e legal, implica uma atitude democrática que deveria tocar o conjunto da sociedade. Todas as cidadãs e cidadãos têm a ver com a exclusão e com a inclusão de todos os seus membros. Assim, as discussões não deveriam ser restritas às pessoas diretamente interessadas pela questão, mas deveriam ser objeto de discussão e informações sérias e amplas nos diferentes grupos sociais.

Confesso que reconheço a quase utopia de minha proposta sobretudo quando vejo as posições de certos políticos não só nas últimas eleições, mas ao longo de seu trabalho parlamentar. Vejo seu sectarismo mascarado pela afirmação da autoridade da Natureza, do chamado *natural*, sobre a realidade dos corpos e das relações diárias. Vejo tristemente, como negam as diferenças em nome de concepções limitadas do ser humano.

Reconheço a utopia de minha posição quando observo a crescente negação do Estado brasileiro como um estado laico através de intromissões de crenças e instituições religiosas nas decisões nacionais. O retrocesso político, nesse particular, tem sido espantoso!

Porém, não abro mão de minha utopia. Alio-me à teimosia de todas as pessoas que sentem vibrar em si a paixão pelo humano. Não o humano puro. Este não existe. Mas, o humano finito, limitado, capaz de altos vôos de amor e de sordidez. O humano capaz de sempre de novo, ouvir suas entranhas e viver uma solidariedade comum, ultrapassando barreiras criadas e impostas por nós mesmas. Sim, viver a paixão pelo humano, esta é a utopia! O humano que é húmus, homo, hetero, terrícola, cósmico e muitas coisas mais... ☰

# “Islam negro” – muçulmanos no Brasil

Sílvia M. Montenegro

Nos últimos anos o Islam tem se tornado assunto polêmico, matéria de livros, filmes, manchete de jornais e até tema central de uma das novelas mais exitosas da TV. Contudo, sabemos muito pouco sobre a opinião dos muçulmanos, sobre como reagem à imagem que deles transmite a mídia.

Tentemos nos aproximar do tema atendo-nos a dois exemplos concretos: o significado atual do “Islam negro” dentro das comunidades muçulmanas do Brasil e a repercussão da novela *O clone*

O Islam está nas raízes do Brasil. Esta frase, asseverada pelos muçulmanos brasileiros, verifica-se nos dados da literatura histórica sobre a chegada ao Brasil, a partir do tráfico escravista, dos primeiros contingentes de negros islamizados. Muitas vezes chamado “Islam negro” ou religião dos “negros maometanos”, o islamismo foi estudado em determinada época no contexto mais amplo de um interesse pelo “o problema do negro”, e não tanto por causa de uma preocupação com a tradição muçulmana e seu lugar na religiosidade dos escravos. Não obstante, intelectuais como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Manuel Querino, João do Rio, Roger Bastide e, mais recentemente, João Reis e Haider Abu Talib estudaram em detalhe aquela época. Esses autores desenvolveram hipóteses acerca da “extinção” do Islam negro, via sincretismo ou via repressão – incluindo execuções e ‘reportações’ à África –, dadas as diferentes revoltas protagonizadas na época pelos chamados “malês”. As descrições das revoltas e insurreições dos negros muçulmanos são repletas de adjetivos sobre o temperamento desses escravos: guerreiros, valentes, não sujeitos à escravidão, altivos, orgulhosos, rebeldes e resistentes aos esforços de cristianização.

Cabe perguntar por que não encontramos hoje no Brasil grupos de muçulmanos negros que recuperem esse passado e consigam atualizá-lo, como

fizeram os *black muslims* americanos, na sua luta cotidiana pelos direitos civis. Do meu ponto de vista, a resposta está dentro da própria concepção religiosa do Islam e no espelho negativo que representa a evolução histórica do islamismo negro nos Estados Unidos.

Sem pretender negar o brilhante papel de Malcom X e o significado da sua liderança para a causa das populações negras oprimidas, cabe lembrar que, como assinala o cientista político francês Gilles Kepel, Malcom X teve “três vidas”. Somente na última fase da sua militância aderiu a um Islam universalista, incompatível com o racismo invertido impulsionado por Louis Farrakhan. No plano individual teria que pagar com a vida o preço daquela ruptura; na esfera institucional aquilo aprofundou a cisão do movimento, prefigurando, uma década mais tarde, o surgimento do grupo liderado por Louis Farrakhan, a “Nação do Islam”.

De vez em quando, aparecem nos jornais artigos afirmando que existem no Brasil alguns pequenos grupos cujos “porta-vozes” reivindicam ter chegado ao Islam, exclusivamente, por meio da luta dos negros americanos. Na verdade, tanto dentro do Islam local quanto dentro da *ummah* internacional, aqueles segmentos que tentam vincular o islamismo com a negritude foram questionados, pois não parece ser bem-vinda a penetração de vertentes suspeitas de vinculação com a cha-

mada Nação do Islam. Como disse, aquele grupo foi profundamente discutido por numerosas vertentes do Islam internacional, sua história é complexa e seus contatos e entendimentos com o mundo dos países islâmicos têm variado ao longo do tempo. Finalmente o islamismo tem condenado a Nação do Islam à categoria de “culto pseudoislâmico” por ter pregado uma espécie de racismo negro. Considera-se que este grupo apoderou-se do jargão do Islam, sendo que, na realidade, se trataria de uma organização política racista, que pouco teria a ver com o “Islam verdadeiro”. Nesse sentido, os muçulmanos do Brasil nas suas publicações, nos seus sites (sítios) na Internet, nas mesquitas, chamam aquela corrente de *farrakhismo* e preocupam-se em enunciar “a Nação do Islam não é um grupo muçulmano”, incorporando o caso no leque dos “equívocos freqüentes” diante dos quais acham ser preciso reagir.

Então porque parece ser impossível aceitar um “Islam negro”, como costuma ser chamada essa fração? Há vários aspectos a se levar em conta. Primeiro, admitir um Islam negro atentaria contra o princípio de unicidade, isto é, não se pode falar em termos de ‘Islãos’, mas de um único Islam. Esta tensão entre o universalismo do Islam e suas manifestações culturais encontra, neste caso, uma de suas expressões mais visíveis. Entre os muçulmanos brasileiros sempre se repete que não existe tal “Islam negro”, e tampouco um “Islam branco”, mas apenas um “Islam único”. É lícito supor que, do ponto de vista dos muçulmanos, aquilo representa apenas uma tensão entre ortodoxia e heresia? Nesse caso, a “he-



As descrições das revoltas e insurreições dos negros muçulmanos são repletas de adjetivos sobre o temperamento desses escravos: guerreiros, valentes, não sujeitos à escravidão, altivos, orgulhosos, rebeldes e resistentes aos esforços de cristianização

Islam é uma palavra árabe, derivada da raiz composta por três letras: S, L e M. Essa raiz, em seu estado original possui vários significados, tais como: paz, pureza, submissão, obediência, saúde, etc. A derivação “Islam” no sentido religioso, significa literalmente a submissão voluntária a Deus e a obediência a sua lei.

resia” da Nação do Islam consistiria justamente em particularizar o Islam a ponto de torná-lo negro, questão insustentável para as vertentes que pretendem enfatizar um *ethos* universalista. Na mesma lógica os muçulmanos repetem que trata-se de um equívoco pensar que “todos os muçulmanos são árabes”. Na verdade, no Brasil, o islamismo encontra na postura universalista, intrínseca às religiões mundiais, no sentido weberiano do termo, a chave do ideal de *localização*: a idéia de que o Islam reúne *per se* uma enorme variedade de raças, nacionalidades, línguas e culturas. Nessa direção, longe de pretender excluir os negros e a diáspora africana trata-se de subsumir os particularismos no caldeirão de uma fé universal, representada pela idéia da *ummah*, a supracomunidade do Islam.

Algo muito similar, o fato de tentar exorcizar olhares externos respeito do Islam, aconteceu com a famosa novela *O clone*, suposta vitrine da cultura árabe/muçulmana. Lembro que, antes de começar a novela, existia certa feliz expectativa entre os muçulmanos do Brasil. A autora, Glória Pérez, tinha entrado em contato com algumas comunidades, na procura de assessoria, pelo menos esse era o boato, posteriormente confirmado, que circulava antes do início. Os muçulmanos parecem partir de um modo já institucionalizado de lidar com o que eles consideram a estigmatização da mídia local e internacional, no que diz respeito a temas como a junção de terrorismo e Islam, a opressão da mulher, o desentendimento da lei do Alcorão, a confusão entre árabes e muçulmanos, etc. Nesse contexto, para eles a novela representava uma oportunidade para que os brasileiros conhecessem o islamismo, desta vez longe de estereótipos.

Oportunidades desse tipo podem ser facas de dois gumes, ao final de contas o êxito extraordinário da novela cresceu ao lado do descontento de

A "heresia" da Nação do Islam consistiria justamente em particularizar o Islam a ponto de torná-lo negro, questão insustentável para as vertentes que pretendem enfatizar um *ethos* universalista. Na mesma lógica os muçulmanos repetem que trata-se de um equívoco pensar que "todos os muçulmanos são árabes"

muitos muçulmanos brasileiros, que viram representada sua fé no que perceberam como um bojo de equívocos e mal-entendidos. Considerar a repercução que teve entre os muçulmanos a imagem do Islam transmitida na novela é uma forma de perceber o diálogo entre estereótipos estigmatizantes e atributos identitários positivos. No caso de *O clone* a controvérsia parecia não ter fim, a Juventude Muçulmana organizada em torno da Assembléia da Juventude islâmica (WAMY) levou a dianteira no esclarecimento de alguns pontos conflitantes referentes à questão religiosa apresentados na novela. A personagem do "tio Ali" parecia lesar permanentemente a auto-imagem que os muçulmanos enfatizam; além disso, a novela destacava quase que todos os temas que os muçulmanos costumam denunciar como parte da "estereotipação" e "estigmatização" da mídia. No início se pensou que havia na novela um profundo desconhecimento da religião, mais adiante já se suspeitava de má-fé.



No Brasil funcionam aproximadamente 60 instituições muçulmanas de diferente porte, situadas em diversos estados do território nacional. Em São Paulo, destaca-se o Centro de Divulgação do Islam para América Latina, CDIAL. Os dois principais ramos do islamismo, a vertente sunita e xiita, se reproduzem no Brasil na mesma proporção que no plano internacional, 90% de sunitas e apenas 10% de xiitas.

Nos textos produzidos pela WAMY os sheiks Ali e Jihad de São Paulo afirmaram não compreender os erros apresentados na novela, pois eles se declararam desde o início "sempre à disposição para sanar as dúvidas da autora". Acontece que mais uma vez no centro do conjunto de temas polêmicos encontrava-se a representação da mulher muçulmana na novela da Globo. Os temas que geraram reações da comunidade dizem respeito à interpretação das suras do Alcorão que se referem aos direitos e deveres de homens e mulheres. Postular a desigualdade entre sexos seria parte da interpretação errada do Alcorão pois, segundo os muçulmanos, estes são iguais em deveres e direitos. Eles argumentam que quando o Alcorão diz "embora os homens tenham um grau sobre elas" se faz referência a que o homem tem obrigação de sustentar o lar, portanto esse grau a mais significaria maiores

obrigações e responsabilidades. Os contra-discursos continuaram em torno do uso do véu (*hijab*), da visão materialista do casamento que *O clone* atribuiria aos muçulmanos, dos erros no tratamento da questão do casamento, do divórcio, do adultério, da poligamia, das ameaças entre alguns personagens com as oitenta chibatadas, das muçulmanas apresentadas como objetos vendidos na feira. Assinalam na WAMY que "no Brasil, 7 em cada 10 convertidos são mulheres e se as leis islâmicas fossem repressoras, por que essas mulheres se estariam convertendo?" Acrescentam ainda: *Quando passaram os últimos capítulos, mostrando muçulmanas como objeto, milhares delas, convertidas ao Islam e de origem muçulmana, reagiram às cenas apresentadas e nos enviaram e-mails ou entraram em contato diretamente conosco em nossos telefones particulares, mesmo altas horas da noite, para protestarem.* Enfim, por desconhecimento ou má-fé aquela faca de dois gumes acabou ferindo os muçulmanos, no eixo de antigas controvérsias entre a visão da mídia e a autopresentação das comunidades.

Vale a pena seguir as consequências do olhar externo no seio das comunidades islâmicas do Brasil. Assim, é claro que se trata de um processo de qualidade "reversível", perpétuo jogo de discursos e contradiscursos. No caso de *O clone* a controvérsia apareceu entre os muçulmanos e a mídia; no caso do Islam negro, no interior de diferentes grupos que se identificam como muçulmanos.

Silvia M. Montenegro, doutora em Sociologia pelo IFCS-UFRJ, pesquisadora sobre islamismo na América Latina.

# Para superar a violência



Realizou-se em Londrina, dia 18 de outubro, uma passeata em favor da Paz e contra a violência. A iniciativa foi da Igreja Presbiteriana Independente da Vila Recreio, com apoio do Movimento Evangélico Progressista (Núcleo de Londrina) e da Secretaria Regional do Clai para o Brasil.

Apesar da forte chuva, participaram cerca de 800 pessoas. A passeata circulou por diversas ruas das regiões norte e leste da cidade e procurou chamar a atenção das autoridades para o crescimento da violência naquela região de Londrina (o número de assassinatos dobrou no período de um ano).

**Os participantes portavam camisetas com o lema da Década Ecumônica para Superação da Violência, além de faixas alusivas à Década e à questão da Violência em Londrina.**

Por iniciativa do Conselho de Pastores Evangélicos de Londrina, em parceria com o Movimento Evangélico Progressista (Núcleo de Londrina) e apoio da Secretaria Regional do Clai para o Brasil, em ato público realizado dia 26 de setembro, no Instituto Seminário Bíblico de Londrina, foi feito o lançamento da Cartilha Política, com informações e reflexões éticas direcionadas para as eleições de outubro. Na ocasião, o Secretário Regional do Clai para o Brasil, Rev. Luiz Caetano Grecco Teixeira, ministrou palestra sobre "Fé e Política: dimensão de um compromisso missionário". Na palestra o Secretário Regional deu destaque à Década para Superação da Violência como um chamado ao compromisso político uma vez que a violência é um fato político.

O Ceca está na coordenação do grupo inter-religioso que prepara uma presença memorável no próximo FSM 2003 em Porto Alegre. Como parte do seu papel de articulação ecumênica, e como membro do FE-Brasil, o CECA está coordenando a organização de uma tenda inter-religiosa, composta por igrejas, ONGs e grupos religiosos.

Esta tenda ecumênica e inter-religiosa, será ocasião para a partilha de cosmovisões e de caminhos para a Paz. Nela nenhuma tradição se pretenderá dona da verdade, nem se afirmará propagandisticamente diante das demais. Mas na humildade do aprendizado mútuo dará ao mundo um exemplo de que é possível um mundo melhor, na diversidade das cores, mas também da fé! A tenda será aberta ao público e dará oportunidade

A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLENCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "À JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).



DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Como a justiça, abordada por uma perspectiva religiosa, colabora para a consolidação de uma cultura de paz. Esta foi a discussão que norteou o seminário "Justiça e Paz sob o olhar do Sagrado", nos dias 13 e 14 de novembro, no Auditório do Cepex em Salvador. O tema foi estudado segundo as visões judaica, cristã, islâmica e afro-brasileira, pelos assessores Ari Glikin (rabino), José Bittencourt Filho, Ibrahim Latiff e Ordep Serra. O evento foi promovido pela Cese, em parceria com o Cebic, Iteba, Centro de Pesquisa, Estudos e Serviço Cristão e o IV Ciclo de Debates Dom Hélder Câmara.

Koinonia reuniu em novembro mais 70 representantes de terreiros de candomblé em Salvador, entre terreiros atendidos pelo projeto Egbé e convidados. Na ocasião foram discutidos diversos temas, dentre os quais destacam-

**se intolerância religiosa e ação social.** Os integrantes do encontro reafirmaram a necessidade da formulação de políticas afirmativas que garantam os direitos dos praticantes – direito à terra, facilitação nos processos de registro civil de sociedade e recuperação de objetos sagrados do Candomblé apreendidos pela polícia. No tocante à ação social os participantes concluíram que o grande potencial de atuação dos terreiros neste campo torna-se limitado em razão dos entraves legais encontrados pelas comunidades.

O Grupo Ecumênico de Campinas, ligado ao Mofic, representação do Conic para o estado de São Paulo, realiza no dia 12 de dezembro um ato inter-religioso no contexto da Década para Superar a Violência. Além de igrejas filiadas ao Conic, participarão representantes de Brahma

Kumaris, Candomblé, Fé Bahai, Sociedade Israelita Beth Jacob e Budismo.

Durante as festividades dos 20 anos do Conic, foi lançado um carimbo comemorativo. Por ele a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos difunde o trabalho de relevantes instituições "que se destacou nos mais diversos segmentos socioculturais". No carimbo está também o logotipo da Década.



#### NOMES E SIGLAS

- Cebic – Conselho Ecumônico Baiano de Igrejas Cristã
- Ceca – Centro Ecumônico de Evangelização Capacitação e Assessoria
- Cese – Coordenadoria Ecumônica de Serviço
- Cesep – Centro Ecumônico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
- Clai – Conselho Latino-Americano das Igrejas
- CMI – Conselho Mundial de Igrejas
- Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
- FSM – Fórum Social Mundial/2003
- Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
- Iteba – Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador
- Mofic – Movimento de Fraternidade das Igrejas Cristãs

# Surpeendido pela Graça

Waldo César

"Shaull, você nos ensinou muita coisa da vida, e agora também nos ensina como morrer. Um viva a tudo quanto fez por nós." O texto é um relato límpido, fluente de quem esteve ao lado de Richard Shaull até celebrar o rito de passagem, bebendo uma caipirinha em família. Shaull, o maior profeta em nossas Américas nestes últimos mais de cinqüenta anos. Centenas, milhares de discípulos aprenderam com ele a ver o luar e souberam perceber clara a distinção entre o dedo que apontava a lua e a própria lua

*... Deus tem estado presente e ativo ao longo da jornada, guiando meus passos mesmo quando eu não estava primordialmente discernindo como e para onde ele me dirigia.*

Richard Shaull, *Memórias*

Cerca de vinte anos separam os dois períodos em que trabalhei com Richard Shaull. O primeiro, entre 1952 e 1962, o último desde 1994 e até os dias de sua partida. Foram anos de projetos e realizações, dúvidas e fracassos, otimismo e esperança – aprendizado meu e de muitos outros, no inesperado surpreendente de cada dia. Que ele reafirma com a mesma certeza e tranquilidade dos seus melhores momentos, ao descrever as reações à notícia de que teria poucos meses de vida: *Esta experiência da Presença de Deus no meio da minha luta contra o câncer tornou possível, para mim, viver cada dia mais plenamente, aprender a viver um dia de cada vez, alegrando-me em tudo quanto ele me oferece, olhando expectantemente para a frente, mesmo imaginando que esse dia possa ser o último.*

Agora, ao lado do seu leito, descubro que apenas a incapacidade física diferencia o Shaull dinâmico – na mente, na fala, no caminhar, como se tivesse pressa diante da imensa tarefa a que se propôs, dos desafios institucionais e pessoais que tentavam limitar ou impedir sua luta pela transformação da Igreja e da sociedade. Tudo isto provinha de um chamado que ele

definia como dádiva do Espírito, que se acumulava na sua vida como surpresas, dos anos de formação nos Estados Unidos à decisão de tornar-se missionário, nove anos na Colômbia, dez anos no Brasil. Mas o mundo era o seu campo de missão, todos os continentes, todas as oportunidades para anunciar as boas novas aos pobres e marginalizados. "Surpeendido pela Graça" – é o título de suas Memórias, cuja publicação no Brasil está prevista para o próximo ano.

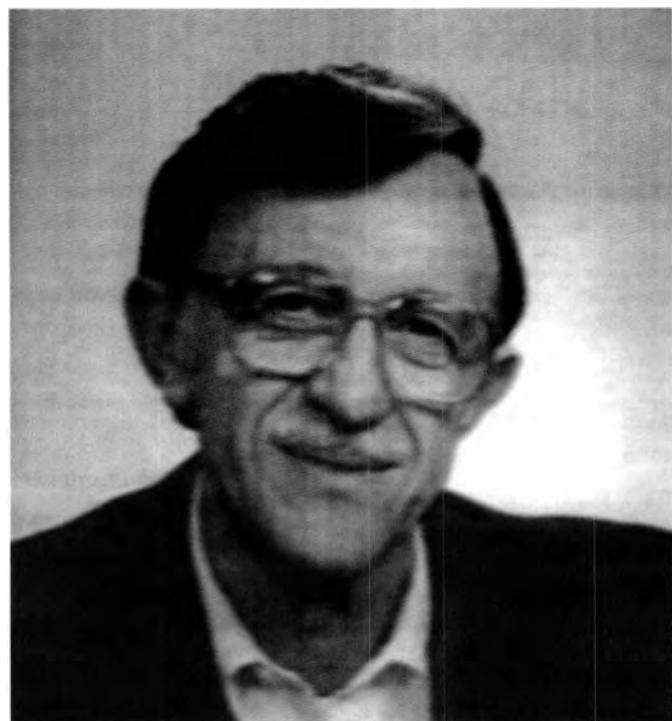
A convite dele e de Nancy, acompanhei seus últimos dias de vida, o corpo debilitado, a voz fraca, porém a lucidez e coerência de sempre, a mesma capacidade para ouvir e comentar assuntos pessoais, sociais, culturais. Passo quase todo o dia ao seu lado, depois de uma caminhada de quarenta minutos, da casa confortável de um casal amigo ao agradável apartamento na bela e tranquila cidade de Ardmore, árvores imensas, esquilos que deslizam entre as cores vivas de jardins e flores do outono. O quarto está repleto de lembranças, antigas e recentes, muitos personagens entram na conversa, reuniões e viagens retornam como se fossem eventos da véspera. Lembro Faulkner: o passado nunca é passado, ele nem mesmo existe. Também falamos de política, a eclesiástica e a política externa norte-americana. E das próximas eleições no Brasil. Todos os temas – e uma inabalável confiança na Providência que sempre surpreendia suas decisões e expectati-

vas. De repente, alguns momentos de repouso e de silêncio. Experiência dolorosa mas confortadora. Ali estava eu diante de uma relação diferente e difícil, entre o passado cheio de vida e aqueles aparelhos hospitalares, entre a mente desperta e a imobilidade do corpo – amenizados pelo carinho familiar, as visitas, as refeições deliciosas que senhoras da igreja presbiteriana de Bryn Mahr providenciavam diariamente. A cerimônia do adeus.

#### OS LIVROS – UMA PAIXÃO

Muitos livros, em todos os aposentos, já não serão abertos por ele. Mas lá estão as anotações de um leitor apaixonado. Quando entrei no quarto, lia um romance, o que ultimamente fazia com freqüência. Tomo um e outro volume numa das estantes do escritório, onde agora está a cama que se maneja eletronicamente. Por vezes Shaull indica algum livro, leio um determinado trecho, comentamos. Faz referência ao meu romance, o *Tenente Pacífico*, e quer saber qual será o próximo tema. Falamos de literatura. Pede que procure *Mito, exilio y demonios – literatura y teología en América Latina*, de Luis Rivera Pagan, uma análise do diálogo entre literatura e teologia com base nos romances de Alejo Carpentier, de Gabriel García Marques e do poeta León Felipe. A dedicatória do autor resume o que tantos têm dito a respeito do mestre e companheiro: *A Richard Shaull, por la inspiración que ya por varias décadas he recibido de tus libros y artículos*. Leio trechos em voz alta. Depois comentamos o primeiro volume dos *Ensaios reunidos*, de Otto Maria Carpeaux, em especial o capítulo sobre a teologia dialética de Karl Barth, a quem Carpeaux chama de o “Profeta do tempo.” Pode pôr os dois livros na sua mala, diz Shaull.

Onde a estante com suas numero-



Richard Shaull

sas obras, muitas traduzidas para várias línguas? Não, seus próprios livros não estão reunidos. Mas que fazer com tudo isto? – pergunta a seguir. Mas logo vem a resposta, privilegiando instituições e a biblioteca da Universidade Bíblica Latino-Americana, em San José, Costa Rica, onde Shaull ministrara vários cursos. Lá, em 1996, havíamos nos reunido com ele, ex-alunos e colaboradores, para uma homenagem. Cerca de vinte pessoas de várias partes do mundo, cada uma narrando como a vida e o pensamento de Richard Shaull haviam definido e influenciado seus próprios pensamentos e vidas. Os ensaios produzidos nesse encontro (*Essays in Honor of Richard Shaull*) aparecem num livro digno de tradução – *Revolution of Spirit*. Agora, o Cristo que alimentou toda a sua existência olha compassivamente do alto de uma cruz enorme, na entrada do escritório onde “enfrenta a iminência da morte quando menos esperada.” Veio do Brasil, diz ele, obra de

um artesão baiano. Mas há outra Presença, além do símbolo de madeira, enfatizada em vários momentos de sua carreira: ...“Deus tem estado presente e ativo ao longo da jornada.”

#### AS MEMÓRIAS

Esta frase, parte de suas Memórias, se intercala, como outras, numa narrativa fluente – onde circulam pessoas, instituições e lugares que contribuíram para a sua formação e liderança; e, sem falsa modéstia, assinala o quanto o seu pensamento teológico abalou aqueles com os quais conviveu, em especial no seu país, na América Latina e no Brasil. Por vezes, veemente, revela o caráter ao mesmo tempo manso e destemido dos profetas; ou o intelectual capaz de revolver suas certezas, experimentar novos caminhos. Não poucos, como Rubem Alves, têm dito que suas vidas se definem segundo um antes e um depois de Richard Shaull; o que, para muitos, também aconteceu com o ensino da teologia no Brasil.

"Esta experiência da Presença de Deus no meio da minha luta contra o câncer tornou possível, para mim, viver cada dia mais plenamente, alegrando-me em tudo quanto ele me oferece, olhando expectantemente para a frente, mesmo imaginando que esse dia possa ser o último"

Shaull começou a escrever as Memórias quando a doença já se havia manifestado e a medicina lhe dera seis meses de vida – que se prolongaram por quase três anos, tempo para completar sua obra com dois extraordinários capítulos finais. Num deles, fala abertamente de sua "luta contra o câncer" – processo que descreve com realismo e tranquilidade, quando sua "vida espiritual foi grandemente fortalecida". O último capítulo, um epílogo, refere-se às "consequências do 11 de setembro" – uma análise dura e profética da política internacional norte-americana. O ataque terrorista aos Estados Unidos também significa "não poderemos mais viver em segurança num mundo onde crescem tantas iniquidades e o povo sofre tão grandes privações."

Menciono as Memórias, que tive o privilégio de traduzir, porque resumem toda uma vida voltada para os outros, fortalecida por uma confiança sem limites no Jesus dos evangelhos, na presença e ação do Espírito, na proclamação insistente da vida comunitária; e numa pedagogia, por vezes dura, ao desafiar seus alunos e ouvintes na descoberta de suas próprias respostas às

perguntas que levantavam sobre o cotidiano ou o transcendente. Que fossem criativos, que desafiassem as estruturas que limitam a vida e marginalizam as criaturas de Deus.

### IGREJA E SOCIEDADE

Mas quero ressaltar os períodos em que trabalhei diretamente com Richard Shaull como uma das experiências mais duradouras de minha vida. Na década dos 1950, por sua iniciativa e colaboração, inclusive no levantamento de recursos financeiros, foi criado o Setor de Responsabilidade Social da Igreja (posteriormente parte da estrutura da Confederação Evangélica do Brasil), do qual fui secretário executivo. A novidade teológica e cultural do programa de Igreja e Sociedade não cabia, com poucas exceções, na mentalidade e nas estruturas eclesiásticas da época. Acabou contestada e definitivamente rechaçada no contexto do golpe militar de 1964. Anos difíceis, tudo parecia um tremendo fracasso. O próprio Shaull, praticamente demitido de sua cadeira no Seminário Presbiteriano de Campinas, teve que abandonar o país, sendo proibido de aqui regressar por um período de vinte anos.

O reencontro se deu nos anos 1990. Ele estava surpreso com o crescimento do movimento pentecostal na América Latina e em especial no Brasil. Convidou-me para trabalhar numa pesquisa interdisciplinar, na qual tentaríamos refletir sociológica e teologicamente sobre o significado dessa expansão da religiosidade popular protestante e sua expressão carismática nas igrejas históricas, incluindo a Igreja Católica. O trabalho de campo, com a participação de outros pesquisadores, durou um ano e meio e resultou no livro *Pentecostalismo e futuro das Igrejas Cristãs*, publicado no Brasil (Vozes, 1999) e nos Estados Unidos

(Eerdmans, 2000). Toda a força do seu pensamento teológico ali está presente, mas um desafio para as atuais estruturas eclesiásticas tradicionais e para o próprio pentecostalismo. A descoberta desse novo tipo de igreja, costumava dizer, significava o terceiro passo no seu processo de conversão. Primeiro, a chamada para o ministério, depois o compromisso ecumênico e social da igreja. Por fim, essa "experiência fundamentada no Reino do Espírito – e a riqueza da nova vida que dela flui"; e que aponta "para a emergência de um novo paradigma de fé e vida cristãs."

### ... "TODAVIA, EU ME ALEGRO NO SENHOR"

Faltam poucos dias para Shaull completar 83 anos de idade. Sabe que não terá tempo para a comemoração. Mas sabe muito mais. No final das Memórias cita as palavras do profeta Habacuque (3. 17-19): "Ainda que a figueira não floresça, nem haja fruto na vide; o produto da oliveira minta, e os campos não produzam mantimento; as ovelhas sejam arrebatadas do aprisco, e nos currais não haja gado, todavia eu me alegro no Senhor, exulto no Deus da minha salvação."

O dia está frio. No final da tarde, preparamos uma caipirinha para saborear com Nancy e sua filha Anita. Dick quer participar. Pede a sua dose. O ambiente está menos tenso. Propus um brinde: "Shaull, você nos ensinou muita coisa da vida, e agora também nos ensina como morrer. Um viva a tudo quanto fez por nós".

**Waldo César**, jornalista, sociólogo, autor com Richard Shaull do livro *Pentecostalismo e futuro das Igrejas cristãs* (Vozes, 1999).

# “...su cadáver estaba lleno de mundo”

Eu era jovem e andava por um caminho plano e seguro. Todos os seus detalhes me haviam sido ensinados. Ele estava todo sinalizado com tabuletas para evitar que alguém se perdesse. Em algumas tabuletas se liam “certezas”. Em outras, “proibições”. Certezas e proibições têm importantes funções psicológicas. As certezas nos dizem que já encontramos a verdade. Quem já encontrou a verdade deixa de procurar. As certezas, então, embalam a inteligência que se põe a dormir. É tranqüilizante saber-se possuidor da verdade. Eu vivia tranqüilo. As proibições, por sua vez, nos dizem o que não se pode fazer. Sabendo-se o que não se pode fazer somos libertados da terrível necessidade de tomar decisões. As decisões são necessárias quando nos defrontamos com uma encruzilhada, bifurcação, dois caminhos à nossa frente. Posso tomar o caminho da direita, posso tomar o caminho da esquerda. Mas não há nenhuma tabuleta indicando qual deles conduz ao fim desejado. Toda encruzilhada nos coloca numa situação de incerteza. E a incerteza produz ansiedade: é preciso decidir, sem saber ao certo... Mas se existe uma tabuleta num dos caminhos com a palavra “Proibido”, a dúvida se resolve. A proibição decide por mim. Livro-me, assim, da terrível condição de ser um ser moral – que é, precisamente, a condição de tomar decisões sem ter proibições que decidam por mim. Eu não tinha conflitos morais porque as proibições já haviam tomado as decisões por mim. Assim caminhava eu, dezenove anos, pelo caminho das certezas e proibições, tranqüilo, pelo caminho que levava aos céus. Pois os céus não são o destino dos homens? Tão convencido estava eu do caminho que estava seguindo que até me havia matriculado numa escola onde se ensinam certezas e proibições, um seminário, porque o meu desejo era conduzir as almas pelo caminho que eu seguia.

Aí, o inesperado aconteceu. Um homem apareceu no meu caminho, andando na direção contrária. Perguntei-me, espantado, se ele não se dava conta de estar andando na direção errada. Aí, ao nos aproximarmos, ficamos um diante do outro, e olhei bem dentro dos olhos dele, e vi, refletido como num espelho, um mundo que eu nunca havia visto, o mundo que estava atrás de mim, o mundo do qual eu fugia, em busca dos céus. Olhando bem vi que naquele mundo não havia caminhos. “Caminhante, não há caminhos! Os caminhos se fazem ao caminhar!” E também não havia nem certezas e nem proibições. O que havia eram horizontes, direções, possibilidades, liberdade. E o mundo muito bonito. Me convidava...

O estranho não disse nada. Mas os seus olhos apontaram. E os meus olhos se abriram. Experimentei então os medos e os risos das dúvidas. Pois não é isso que experimenta o alpinista que escala o Aconcágua? O risco da morte bem vale a emoção dos desafios! Os que não suportam dúvidas jamais escalam picos; eles ficam nas planícies andando pelos caminhos conhecidos e seguros. Experimentei a alegria e o sofrimento de ter de tomar decisões sem que ninguém me desse ordens ou proibições, tendo apenas o meu próprio coração como conselheiro. Troquei o caminho que leva aos céus pelos muitos caminhos que levam ao mundo. E assim tenho andado pela vida afora, sem certezas e sem proibições... Tudo por causa do olhar daquele homem...

Ele, o estranho com que me encontrei, viveu aqui em Campinas. E posso dizer que a minha vida se divide em dois períodos: antes de conhecê-lo, depois de conhecê-lo. O seu nome era Richard Shaull. Lembro-me perfeitamente bem: encontramo-nos pela primeira vez na avenida Brasil, próximo ao cruzamento com a rua Frei Antônio de



Pádua. Era o ano de 1953. As casas eram poucas, os eucaliptos eram muitos. Não falava português; falava espanhol. Havia sido expulso da Colômbia, por ordens da hierarquia católica. Uma igreja construída sobre verdades e proibições não pode suportar a presença de alguém que ensina dúvidas e liberdade. Viera então para o Brasil como professor do Seminário Presbiteriano, à avenida Brasil, 1.200. Se me perguntarem: "O que foi que você aprendeu com ele?" – a resposta é simples: "Dick Shaull me ensinou a pensar." Lembro-me de um prova que fiz em uma de suas disciplinas. Eu estava certo de que teria 10, porque a prova tinha sido completa, perfeita. Mas ganhei um 9. Fui reclamar. Aleguei que havia escrito precisamente o que ele tinha dito nas aulas. Ele me respondeu: "Por isso mesmo. Você apenas repetiu o meu pensamento. Lendo a sua prova

eu não aprendi nada. Eu esperava encontrar na prova o seu pensamento..."

Profetas não são videntes que anunciam um futuro que vai acontecer. Profetas são poetas que desenham um futuro que pode acontecer. Profetas sugerem um caminho. Richard Shaull falava de futuros com que nós nunca havíamos sonhado. Ele via o que ninguém mais estava vendo. Em seis meses ele já sabia muito mais sobre o Brasil do que eu. Foi ele que me apresentou a um catolicismo inteligente. Sugeriu que eu lesse *A Descoberta do Outro* e *Lições de Abismo*, livros dos anos de lucidez de Gustavo Corção. Foi através dele que fiquei sabendo dos movimentos de renovação que silenciosamente fermentavam dentro da Igreja Católica, a renovação bíblica, a renovação litúrgica, movimentos esses que haveriam de influenciar profunda-

mente o papa João XXIII – de saudosíssima memória! – e o Concílio do Vaticano II.

Pensador profundamente mergulhado na tradição da Reforma Protestante (celebrada no dia 31 de outubro, data em que Lutero afixou suas "95 Teses", às portas da catedral de Wittenberg), ele nos ensinou a lição fundamental de teologia: "O problema do céu, Deus já o resolveu por nós. Não há nada que tenhamos de fazer. Resolvido o problema do céu, estamos livres para cuidar da terra, que é o nosso destino..."

Shaull tinha visões de um mundo diferente. Foi o primeiro que me falou da responsabilidade social dos cristãos. Se, para a igreja tradicional o mundo era o lugar da perdição do qual os cristãos deveriam fugir – foi isso que os monges fizeram –, para Shaull o mundo era o lugar da nossa vocação. É preciso estar presente no mundo para que ele se renove, ele dizia. Essa palavra, "presença": como era importante no seu pensamento! E foi assim que ele liderou um projeto impensável: um grupo de seminaristas, durante as férias, trabalhando como operários numa fábrica na Vila Anastácio, em São Paulo. A inspiração para esse projeto veio de um movimento católico, os "padres operários" que, na França, resolveram parar de esperar que os trabalhadores fossem à igreja, e foram, eles mesmos, até onde eles viviam: as fábricas. Sem o saber, Shaull estava lançando as sementes da "teologia da libertação".

Cerca de dez anos antes do Concílio do Vaticano II ele já sonhava com o ecumenismo. Ecumenismo: essa palavra era maldita tanto para protestantes quanto católicos. Para os católicos, donos da verdade, maldita porque os protestantes eram apóstatas. Para os protestantes, donos da verdade, maldita porque os católicos eram idólatras. Inimigos irreconciliáveis, como poderiam católicos e protestantes se assentar para partilhar de uma fé comum e do mesmo ritual eucarístico? Pois o Shaull, andando na direção contrária como convém a um profeta, resolveu transgredir o proibido: organizou encontros secretos com os domi-

nicanos de São Paulo e nos convidou, um pequeno grupo de seminaristas, a participar da conspiração. Sabíamos que se a conspiração fosse descoberta a punição seria certa: seríamos expulsos do seminário. E assim, com uma mistura de medo e de alegria, lá íamos nós com o Shaull, para uma experiência com que jamais havíamos sonhado. Foi bom descobrir que os católicos eram pessoas inteligentes, amantes da Bíblia, fraternos... Até então não sabíamos disso!

Não conheço ninguém que em tão curto espaço de tempo tenha semeado tanto. Não é possível contar tudo. Só posso dizer que um homem que anda na direção contrária não o faz impunemente. Os profetas são seres malditos. Nietzsche, um outro que caminhou na direção contrária, sabia o preço que se paga por ver o que os outros não vêem. Dizia ele: "Os fariseus têm de crucificar aquele que inventa a sua própria virtude". Aqueles que não vêem odeiam aqueles que vêem. Richard Shaull foi crucificado. As igrejas não o suportaram: expulso da Colômbia, pelos católicos, expulso do Brasil, pelos protestantes...

Agora ele ficou encantado. Partiu. É certo que plantarei uma árvore para ele no meu lugarzinho solitário, no alto de um montanha, à beira de um vulcão, junto com as árvores de outros conspiradores... No silêncio, quando não houver ninguém por perto, as árvores conversarão entre si...



# Uma outra Igreja é possível

ENCONTRO INTERNACIONAL PARA A RENOVAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

Mensagem às comunidades

"Sabemos que entre todos os batizados reina uma verdadeira igualdade quanto à dignidade e à ação comum dos fiéis na edificação do corpo de Cristo". – LG 32 c, 80 – Os leigos são irmãos dos pastores, todos chamados igualmente à missão – LG 33a" (Concílio Vaticano II).

Queridos irmãos e irmãs,

Nós lhes escrevemos de Leganés, Madri, onde estivemos reunidos de 19 a 22 de setembro do ano 2002, no Encontro Internacional para a Renovação da Igreja Católica. Somos 500 cristãos católicos, entre homens e mulheres, leigos, religiosas, religiosos e presbíteros. Pertencemos a 200 grupos e organizações de base, vindos de todas as partes da Espanha e de 30 países do mundo. Tivemos a alegria de contar entre nós, neste encontro, com a presença fraterna e humilde de Dom Tomás Balduíno, bispo presidente da Comissão Pastoral da Terra, no Brasil.

Todos nós viemos a este encontro movidos por nossa fé e pelo desejo de ver a Igreja Universal tornar-se verdadeiramente uma rede de comunidades a serviço da humanidade, especialmente dos milhões de pessoas empobrecidas e excluídas deste mundo. Alegramo-nos em saber das experiências comunitárias da Igreja de Deus em Chiapas, México, em meio de povos indígenas, há cinco séculos explorados. Escutamos como a Igreja nasce, cada dia, pelo poder do Espírito, entre as comunidades de campões e dos pobres no Brasil, Equador, Guatemala, outros países da América Latina, como na Ásia e também em cidades européias como Bruxelas, Madri e tantas outras.

Assumimos como nossa a petição feita ao papa em favor de um novo Concílio e de um processo conciliar, participativo e co-responsável, assinada por mais de 30 bispos católicos e que está recebendo milhares de assinaturas de apoio de todo o mundo.

Nós nos sentimos movidos pelo Espírito para impulsivar este processo conciliar, no qual já estamos, como caminho de fé e solidariedade.

Propomos alguns temas que preocupam, hoje, a muitas comunidades e a uma grande parte da sociedade; ques-

tões sobre as quais é necessário abrir o debate e a reflexão serena entre todos os membros do povo de Deus. Entre estes, sublinhamos temas sociais, como a urgência de uma ação profética das Igrejas a serviço da Paz e contra o militarismo e a guerra; a ação solidária contra a fome que mata bilhões de pessoas e pela justiça e igualdade entre todos os seres humanos, em comunhão com a natureza e comprometidos com o seu cuidado.

Acrescentamos que é urgente um diálogo entre pessoas representativas das Igrejas e da comunidade científica, sobre os valores éticos da Biotecnologia para se contrapor ao uso meramente mercantilista da ciência.

Para que nossas Igrejas sejam sempre sinais do Reino de Deus, cremos importante:

Refletir sobre a forma de ser e organizar-se como Igreja no mundo.

Abrir plenamente as comunidades eclesiásias aos pobres, aos migrantes e às pessoas moralmente marginalizadas, como divorciados e homossexuais.

Cumprir realmente os Direitos Humanos em suas relações internas e com todos os seus membros.

Reformular os ministérios em sua compreensão teológica e em sua forma de expressão, abrindo-os à plena participação das mulheres e retirando a obrigação do celibato para a realização do ministério presbiteral.

Estas questões só poderão ser profundamente tratadas em uma Igreja renovada à luz do Evangelho. Que este processo conciliar reviva a primavera eclesial dos tempos do papa João XXIII que pediu para a Igreja o que hoje todos desejamos: um novo Pentecostes.

Abraçamos a todos/ todas vocês na Paz de Cristo,  
Seus irmãos e irmãs do Encontro Internacional  
de Leganés

MANIFESTO FINAL DO ENCONTRO

De 19 a 22 de setembro de 2002

Universidade Carlos III, Leganés (Madri)

# Festejar sem medo...

*Por que se enfurecem as gentes  
E os povos imaginam coisas vãs?  
(Davi, Salmo 2)*

Nas tradições litúrgicas natalinas, este salmo é lido. Quem cotejar o texto integral perceberá quão político é o Natal. O fato é que os arranjos mais conhecidos imbricaram nascimento de Jesus nos sete últimos dias decembrinos e, com o ano novo, as celebrações nos invadem januárias. É tempo da aventura (*ad+ventura*) – a visão a espraiar-se deste presente para o futuro, a expectação do novo. E o novo é radicalmente político, mesmo como brinquedo. Os senhores de todas as guerras – de valores, de juros escorchantes, de lucros açambarcadores, de destruição e morte das esperanças – assustam-se e até se enfurecem ao saber que algo/ alguém novo está surgindo e lhes foge ao controle: “Me avisem onde nasceu a criança; também queremos ir adorá-lo”, diz Herodes aos magos caminhantes a seguir a estrela. Nasceu, sim, tiranos, o eleito de séculos de espera e nem se sabe bem onde está; nasceu, sim, reacionários, e eleito de milhões e anda por aí mais vivo que todas as esperanças; nasceu (e sempre vai nascer) do grito de alforria de milhões de escravizados e famintos. E é por isso que todos os empanturrados estão repetindo e refrão-choramingas:

“Eu tenho medo...”

Nós, ‘koinônicos’ andarilhos pelas ruas de *Oikoumene*, unidos a milhares outros também, queremos beijar a todos os ansiosos pelo novo, comungar com vocês, desejosos de vencer todos os medos.

Seja corajosa a festa, expectante e feliz neste advento do Novo!

Carlos Cunha

